

Avanços



Divulgação

Basf investe na presença feminina na empresa

Criar química para um futuro sustentável é um dos objetivos que estão sendo alcançados na Basf a partir de decisões tomadas por lideranças femininas. A gigante reforça seu compromisso com a ODS 5 da ONU ao promover a equidade de gênero no mundo corporativo. **PÁGINA 3**

Cristais

Lucro da Swarovski cresce e alcança € 1,8 milhão

A empresa familiar Swarovski Crystal Business registou um forte crescimento de 10% no lucro, para € 1,8 milhão em relação ao ano anterior e, após três anos de perdas significativas, conseguiu uma melhoria muito forte em um cenário de condições geopolíticas e macroeconômicas altamente voláteis. **PÁGINA 3**

Estratégia

Área de sustentabilidade da Renner faz dez anos

A Lojas Renner comemora, em 2023, os 10 anos de criação de sua área de sustentabilidade, marco fundamental em sua estratégia de atuar como agente de transformação do setor a partir da geração de impactos cada vez mais positivos na sociedade. **PÁGINA 8**

Entrevista: Alex Szapiro



Divulgação

PÁGINA 5

Presidente anuncia pacote de medidas focado nas mulheres

Lula tornará igualdade de salário obrigatória

O presidente afirmou que aceitar que a mulher ganhe menos que o homem significa perpetuar uma violência histórica contra o público feminino

Marques - Agência Brasil



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na quarta-feira que a palavra mágica do projeto de lei assinado neste dia 8 de março, que estabelece igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função no trabalho, é a "obrigatoriedade" para que ninguém ganhe menos pelo fato de ser mulher. "Vai ter muita gente que não vai querer pagar, mas por isso a Justiça tem que funcionar para obrigar o empresário a pagar", disse Lula durante evento realizado no Palácio do Planalto em comemoração ao Dia da

Mulher. Ele defendeu a igualdade de gênero e, em comparação com a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, disse que é necessário o respeito às mulheres "que faltou no governo anterior". "Comemorando (8 de março) com o respeito que elas exigem, respeito em todos os espaços (...) Respeito que lutamos para construir quando governamos este País. Respeito que faltou no governo anterior quando optou pela destruição de políticas públicas, cortou recursos orçamentários essenciais", disse. O presidente afirmou que Bolsonaro estimulou de forma velada a violência contra o público feminino. **PÁGINA 6**

CRÉDITO

Fávaro apresenta nova proposta para plano safra

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que o governo negocia a suplementação de R\$ 1,030 bilhão para equalização de crédito para o Plano Safra 2022/23, que se encerra em 30 de junho. A articulação foi iniciada em reunião no período da manhã de quarta-feira, 8, entre Fávaro e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Viemos trazer a preocupação que o setor está há alguns meses com demanda reprimida de crédito, sem liberação das linhas de crédito para pré-custeio, custeio e investimento." Do montante total, segundo Fávaro, R\$ 17 bilhões serão destinados a investimentos e R\$ 13 bilhões para custeio para os pequenos e médios produtores do País. **PÁGINA 2**

Entrevista: Simone Tebet

Marcelo Camargo - Agência Brasil



PÁGINA 7

IBOVESPA 106.540,32 ↑ 2,22%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
YDUQS PART ON NM	7,56	+12,17%	+0,82
LOCAWEB ON NM	5,32	+11,76%	+0,56
ECORODOVIAS ON NM	4,50	+9,76%	+0,40
QUALICORP ON NM	4,93	+9,31%	+0,42
PETZ ON NM	6,77	+9,19%	+0,57

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SLC AGRICOLAON NM	47,81	-2,13%	-1,04
SUZANO S.A. ON NM	47,44	-0,65%	-0,31
TELEF BRASILON EJ	39,04	-0,46%	-0,18
EMBRAER ON NM	18,15	-0,44%	-0,08
AZUL PN N2	11,98	-0,17%	-0,02

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	86,11	+0,91%	+0,78
PETROBRAS PN N2	25,42	+1,27%	+0,32
BRADESCO PN EJ N1	14,02	+3,09%	+0,42
ITAUUNIBANCO PN EJ N1	25,14	+1,25%	+0,31
B3 ON NM	11,65	+5,43%	+0,60

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.798,40	-0,18%
S&P 500	3.992,01	+0,14%
NASDAQ	11.576,01	+0,40%
DAX 30	15.631,87	+0,46%
FTSE 100	7.929,92	+0,13%
IBEX 35	9.474,40	+0,67%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	
5,140	5,140	↓ -1,02%

PESO		
COMPRA	VENDA	
0,025	0,026	↓ -1,17%

EURO		
COMPRA	VENDA	
5,420	5,421	↓ -1,08%

LIBRA		
COMPRA	VENDA	
6,083	6,085	↓ -0,87%

OURO		
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA	
298,20	USD\$ 1.813,89	

FINANCIAMENTO

Fávaro apresenta proposta para uniformizar o Plano Safra no Brasil

O ministro afirmou que R\$ 17 bilhões serão destinados a investimentos e R\$ 13 bilhões para custeio, sendo que a maior parcela irá para o Moderfrota, principal linha de crédito de máquinas

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que o governo negocia a suplementação de R\$ 1,030 bilhão para equalização de crédito para o Plano Safra 2022/23, que se encerra em 30 de junho. A articulação foi iniciada em reunião no período da manhã de quarta-feira, 8, entre Fávaro e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Viemos trazer a preocupação que o setor está há alguns meses com demanda reprimida de crédito, sem liberação das linhas de crédito para pré-custeio, custeio e investimento. Trouxemos ao ministro Haddad a proposta de complemento de recursos disponíveis para o Plano Safra 2022/23, de R\$ 1 bilhão para equalização de taxa de juros, o que traria R\$ 30 bilhões em recursos", afirmou o ministro a jornalistas, ao deixar o Ministério da Fazenda, onde se reuniu com Haddad. "Entendemos que esse valor é suficiente para chegarmos até o próximo Plano Safra."

Do montante total, segundo Fávaro, R\$ 17 bilhões serão destinados a investimentos e R\$ 13 bilhões para custeio, para pequenos e médios produtores. Do valor destinado a investimentos, a maior parcela irá para o Moderfrota, principal linha de financiamento de máquinas agrícolas, com verbas também para o Programa de Ampliação e Construção de Armazéns (PCA) e para o Proirriga.

O ministro citou que neste momento, em meio ao reaparelamento de recursos, ocorre o grande circuito de feiras agrícolas, onde o produtor necessita das linhas de financiamento para novos investimentos. "É a hora

que o produtor faz negócio, que adquire equipamento, máquinas e insumos para a próxima safra. Por isso, viemos trazer proposta de que o Tesouro possa fazer um complemento de recursos disponíveis para termos certeza que chegaremos até o próximo Plano Safra com recursos para produtor dar continuidade nas compras", acrescentou.

Ele disse ainda que a fonte para a complementação de R\$ 1 bilhão ao plano agrícola será discutida pela equipe técnica da Fazenda, não sabendo ainda se virá de orçamento adicional das pastas ou de remanejamento de recursos do plano pelo Tesouro. "Será feito. Ele verá como será a forma. A suplementação com urgência do Plano Safra 2022/23 é um pedido do presidente Lula", afirmou.

Segundo Fávaro, Haddad recebeu a proposta "positivamente". Ele disse que já houve uma sinalização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o tema, sendo que o próprio Lula articulou a agenda entre os ministros. "É um desejo do presidente Lula alavancar o agronegócio e que foi transmitido ao ministro Haddad Tenho certeza que isso muito em breve estará disponível aos produtores. A vontade política já está tomada, agora serão as formalidades técnicas", afirmou. "Haddad vai determinar à equipe dele imediata construção da liberação dos recursos."

As discussões para construção do Plano Safra 2023/24, válido a partir de 1º de julho, entre Fazenda e Agricultura também foram iniciadas, de acordo com Fávaro. "Viemos conversar sobre o Plano Safra 2023/2024, que vai começar a ser estudado. As equipes já estão trabalhando. Trabalharemos para ampliar e



Wilson Dias - ABR

Fávaro: "a fonte para a complementação de R\$ 1 bilhão ao plano agrícola será discutida pela equipe técnica da Fazenda"

modernizar o Plano Safra, o fortalecimento do programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que será a linha mestra do nosso Plano Safra novo", antecipou.

O ministro disse ainda que a negociação para a retomada das exportações de carne bovina para a China está na fase final, após o caso isolado e atípico do mal da vaca louca identificado em um ani-

mal no Pará. "É uma negociação protocolar que está sendo seguida. Terminamos o protocolo e mostramos a segurança do nosso sistema. Vamos restabelecer mercado com a China e outros países. Percebemos que está na fase final", disse o ministro durante evento da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Os embarques para o país asiático foram suspensos voluntariamente pelo

Brasil no dia 22 de fevereiro.

Segundo o ministro, até o momento a China não solicitou o envio de uma comitiva brasileira para a reabertura das exportações, conforme prevê o protocolo bilateral. "Por enquanto, não houve nenhuma solicitação nesse sentido. Sugerir enviar secretários de defesa agropecuária e relações internacionais, mas a resposta foi que estão satisfeitos com a agilidade do

processo", afirmou.

O ministro disse acreditar que o prejuízo dos dias sem exportar à China possa ser recuperado ao longo do ano. "Em 2021, quando o embargo superou 100 dias, o Brasil deixou de faturar em torno de R\$ 13 bilhões com as exportações para a China. Neste ano, se tivermos de 15 a 20 dias de suspensão, é factível de recuperarmos ao longo do ano", acrescentou. Além da China, Irã, Jordânia e Tailândia também suspenderam temporariamente as importações da carne bovina brasileira.

O ministro afirmou que a "bola" está com a China neste momento para retomada das exportações brasileiras de carne bovina para Pequim.

Fávaro disse que o governo brasileiro prestou todas as informações sobre o caso e esclareceu os questionamentos chineses na terça-feira, durante uma reunião por videoconferência com autoridades sanitárias do país asiático.

"Hoje, a bola está com o governo chinês, estão analisando todas as informações que repassamos", disse.

Fávaro também adiantou que vai antecipar sua ida com a equipe técnica para a China, a fim de "deixar tudo preparado", junto com o Itamaraty, para a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que visita o país no fim do mês.

"Estou marcando próximo ao dia 20, 22 estar lá. O presidente chega no dia 28, 29", disse o ministro. "Agora é aguardar a China, se querem informações complementares. Se necessário, vou fazer presencialmente. Acho que assim se cria credibilidade, respeito e a oportunidade de ampliação dos mercados", completou.

DESPESAS TÍPICAS

Endividamento das famílias avançou para 78,3% do total no mês passado

A proporção de famílias brasileiras endividadadas cresceu 0,3 ponto porcentual (p.p.) em fevereiro ante janeiro, para 78,3%, após dois meses de estabilidade, informou na quarta-feira, 8, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ao divulgar a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Na comparação com fevereiro de 2022, o crescimento foi de 1,7 p.p.

Embora tenha atingido, em 2022, uma média anual recorde na série histórica da Peic, iniciada em 2010, o endividamento - que considera qualquer tipo de dívida,

incluindo o uso de cartão de crédito, mesmo que pago em dia - "vinha apontando perda de fôlego desde outubro" do ano passado, diz o relatório divulgado pela CNC.

A alta de fevereiro foi puxada por "vencimentos de despesas típicas do primeiro trimestre (tributos, despesas escolares e contribuições para órgãos de classe, entre outras)", continua o relatório.

A CNC destacou ainda que a evolução recente do mercado de trabalho, com melhora na renda disponível, e o alívio na inflação acumulada em 12 meses evitaram novas rodadas de aumento da

inadimplência. Em fevereiro, 29,8% das famílias entrevistadas pela Peic relataram ter dívidas em atraso, 0,1 p.p. abaixo do registrado em janeiro. Na comparação com fevereiro de 2022, há um aumento de 2,8 p.p. nessa proporção.

Por outro lado, a leitura de fevereiro da Peic não sinaliza para um alívio continuado na inadimplência. Isso porque 11,6% das famílias relataram não ter condições de pagar as dívidas, mesmo nível de janeiro e 1,1 p.p. acima do registrado em fevereiro de 2022.

"Quem tem dívidas mais antigas segue enfrentando dificuldade de sair da inadimplên-

cia, em função dos juros elevados. A proporção de consumidores sem condições de pagar dívidas atrasadas de meses anteriores chegou a 11,6% do total, estável em relação a janeiro, mas a proporção mais alta desde outubro de 2020", diz o relatório da CNC.

Entre os inadimplentes, 44% têm dívidas atrasadas por mais de 90 dias. "O tempo médio de atraso nos pagamentos foi de 62,7 dias, o maior desde janeiro de 2021", diz o relatório da CNC.

Ainda conforme a entidade, a alta da proporção de endividadados em fevereiro foi puxada pelas famílias com renda supe-

rior a três salários mínimos. Entre as famílias mais pobres, que ganham até no máximo três salários mínimos por mês, a proporção de endividadados caiu de 79,2% em janeiro para 79,0% em fevereiro. Já entre os entrevistados com rendimentos de três a cinco salários mínimos por mês, houve aumento de 78,8% para 79,4%.

Por conta do Dia Internacional da Mulher, comemorado na quarta-feira, a CNC divulgou algumas informações desagregadas por gênero na Peic de fevereiro. Entre as mulheres, o endividamento subiu 1,1 p.p. em fevereiro ante janeiro, para 79,5% do

total de entrevistadas, acima da variação agregada - entre os homens, houve queda de 0,1 p.p., para 77,2% dos consumidores entrevistados na Peic.

Entre as mulheres endividadadas, 18,8% se consideram "muito endividadadas", enquanto, entre os homens, essa proporção ficou em 15,5% em fevereiro.

"Isso indica que as condições financeiras e orçamentárias estão mais apertadas para o público feminino", diz o relatório da CNC.

A inadimplência também ficou maior entre elas, em fevereiro: 30,3% das entrevistadas relataram ter dívidas em atraso, enquanto 29,1% dos homens fizeram o mesmo. "Mas uma vez inadimplentes, as mulheres buscam resolver mais rápido o problema: enquanto elas ficaram em média 62 dias sem pagar dívidas, os homens permaneceram 63,5 dias com dívidas atrasadas", diz o relatório.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

JOIAS

Lucro da Swarovski cresce e alcança € 1,8 milhão

A empresa familiar Swarovski Crystal Business registrou um forte crescimento de 10% no lucro, para € 1,8 milhão em relação ao ano anterior e, após três anos de perdas significativas, conseguiu uma melhoria muito forte, com resultados próximos dos lucros em um cenário de condições geopolíticas e macroeconômicas altamente voláteis.

Os resultados de 2022 começam a mostrar o impacto da estratégia de marca orientada para o design do produto, destinada a reafirmar a herança icônica da Swarovski no espírito contemporâneo de hoje, e o progresso na transformação do modelo de negócios, incluindo a criação de produtos, a simplificação da organização e o desenvolvimento da marca.

"Estes resultados encorajadores confirmam que a nossa direção estratégica está certa, e a nossa marca e produto icônico têm um potencial extraordinário. Agradeço a todos os funcionários e parceiros Swarovski em todo o mundo pelo seu compromisso exemplar, e aos acionistas da família pelo seu forte apoio", diz Alexis Nasard, CEO da empresa.

Segundo ele, a empresa vai investir em vários mercados, incluindo a China e o foco em 2023 será a execução disciplinada da nova estratégia e plano de negócios LUXignite, com ênfase na inovação de produtos e mais aportes na rede de varejo e nos principais momentos da marca.

O negócio registrou um crescimento de 15% em todas as principais categorias de produtos, lideradas por jóias. As categorias de negócios com vendas de varejo registraram expansão de 13%, enquanto a área de cristais B2B avançou 5%.

A Swarovski teve reduções significativas das perdas do ano anterior em grande parte como consequência da melhoria da margem bruta, de acordo com a estratégia de elevação da marca, o crescimento das vendas e a economia operacional de custos que continuará em 2023 para voltar aos níveis de lucro sustentável.

As novas coleções de jóias, conceitos de retalho WonderLux e WonderColor, e campanhas de marca com Bella Hadid, idealizadas pela diretora criativa Giovanna Engelbert, elevaram o posicionamento da Swarovski e trouxeram para o centro das atenções durante 2022. Isto foi reforçado através de novas colaborações com marcas de luxo como Aquazzura, e com parceiros automóveis de longa data como a BMW para a nova Série 7, e o novo acordo de licenciamento de dez anos com a EssilorLuxottica para a Eyewear.

A mágica campanha de Natal Swarovski foi apresentada nos EUA e na Europa entre as mais admiradas de 2022, e novos desenhos de coleção de jóias foram mostrados na capa da Vogue Itália. A luz dos cristais Swarovski no seu savoir faire único em cortes e tamanhos, as novas famílias de design, as cores icônicas do amarelo, rosa, verde e azul, e a forma octogonal das caixas coloridas estão a estabelecer uma identidade de marca única e contemporânea.

A renovação da rede de 2.400 lojas da marca Swarovski progrediu para melhorar a qualidade e a localização, de acordo com o reposicionamento da marca, com o mesmo crescimento global de 10% nas vendas das lojas.

Mestres da Luz desde 1895, a empresa cria belos produtos à base de cristal de qualidade impecável e artesanato que trazem alegria e celebram a individualidade. Fundada em 1895 na Áustria, a empresa projeta, fabrica e vende os melhores cristais do mundo, pedras preciosas, diamantes e zircônios criados pela Swarovski, jóias, e acessórios, bem como objetos de cristal e acessórios domésticos.

EQUIDADE

Basf contrata mulheres para cargos corporativos

A estratégia de assegurar a equidade segue crescendo e hoje, a empresa possui cerca de 33% dos cargos ocupados por mulheres

Criar química para um futuro sustentável e se tornar neutra em emissões de CO2 em 2050 são objetivos que estão sendo alcançados na BASF a partir de decisões cada vez mais tomadas por lideranças femininas. No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a gigante do setor químico reforça seu compromisso com a ODS 5 da ONU ao promover a equidade de gênero no mundo corporativo e na sociedade por meio da campanha #abraceaequidade.

A busca de soluções inovadoras e a identificação de novas oportunidades de negócio na BASF só tem sido possível por conta de uma cultura corporativa em que as pessoas são engajadas, trazendo diferentes olhares e perspectivas, e compartilhando suas ideias e soluções. A partir disso, a estratégia de investimento para assegurar representatividade e equidade segue impactando toda a cadeia de valor da companhia. Hoje, a empresa possui cerca de 33% dos cargos ocupados por mulheres na América do Sul, além de ter 35% dos cargos de liderança sendo ocupado por elas.

"Promover a equidade de gênero dentro do ambiente de trabalho é direcionar esforços para a construção de espaços e de uma cultura corporativa que valoriza as diferenças e que cria condições e mecanismos para que todas as pessoas possam ter acesso às oportunidades. Isso também inclui olhar de forma atenta e empática para a interseccionalidade das pessoas.

A BASF está em uma jornada para se tornar uma empresa cada vez mais inclusiva, comprometida em aumentar a representatividade de grupos minorizados, fortalecendo uma cultura inclusiva em que todas as pessoas possam experimentar pertencimento", afirma Barbara Zabori, gerente de Diversidade e Inclusão da BASF na América do Sul.

A pesquisa internacional "Women in the Workplace", publicada em 2020 pela consultoria McKinsey, apresenta os efeitos de não olhar para as interseccionalidades no ambiente corpo-



A Basf pretende se tornar uma empresa cada vez mais inclusiva no mundo

rativo. Os dados mostram que as mulheres não brancas, por exemplo, recebem menos apoio das lideranças que as brancas, apesar de serem mais ambiciosas: 41% delas querem ser altas executivas, em comparação com 27% das mulheres brancas.

Mulheres negras e asiáticas possuem uma maior chance de não poderem contar com seus pares corporativos, ao passo que latinas e asiáticas são mais frequentemente questionadas sobre suas origens. Ainda segundo o estudo, mulheres LGBTQI+ e mulheres com deficiência relatam sofrer "minipreconceitos" no trabalho e ouvir mais comentários sobre suas aparências físicas. Para solucionar esse problema, a pesquisa indica a contratação de mais mulheres em cargos de liderança, uma vez que isso pode trazer um novo olhar às equipes e à cultura da empresa.

TETO DE VIDRO

Mulheres não chegam a 40% dos cargos gerenciais no País

No quarto trimestre de 2022, as mulheres tinham mais anos de estudo e eram maioria na população brasileira, mas não ocupavam nem quatro de cada dez cargos gerenciais existentes no mercado de trabalho do País. No grupo de trabalhadores com os maiores rendimentos por hora trabalhada, apenas 36,6% eram mulheres. Os dados são de um estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

A sub-representação feminina em cargos gerenciais não registrou melhora expressiva na última década. Apesar de incentivos e formulações de políticas públicas, a parcela de mulheres ocupando cargos de chefia ainda vem crescendo muito lentamente, ressaltou Janaína Feijó, pesquisadora responsável pelo estudo do Ibre/FGV.

No quarto trimestre de 2012, apenas 37,8% dos cargos de gerência eram ocupados por mulheres. No quarto trimes-

tre de 2022, essa participação feminina em posições gerenciais subiu a 39,2%. "Aumentamos menos de 2 pontos percentuais em dez anos, é muito pouco", avaliou Janaína Feijó.

Como os cargos de gerência tendem a remunerar melhor, a sub-representação das mulheres nessas funções contribui para a baixa proporção de profissionais do gênero feminino nos extratos mais altos da distribuição de salários. No quarto trimestre de 2022, no grupo que concentrava os trabalhadores com os maiores rendimentos por hora trabalhada, apenas 36,6% eram mulheres. A região com maior proporção de mulheres entre os 10% mais bem pagos foi o Sul, onde 41,7% desses trabalhadores eram do gênero feminino. A menor proporção foi reportada no Sudeste, onde apenas 34,8% dos mais bem remunerados eram mulheres.

Segundo Janaína Feijó, os

resultados evidenciam o fenômeno "teto de vidro", que funciona como uma barreira invisível ao acesso das mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional das empresas.

"A mulher, mesmo sendo educada, mesmo estando empregada dentro de uma instituição, ela não consegue ascender profissionalmente. Ela não consegue equiparar o salário dela ao de um homem, porque ela não consegue ocupar posições de prestígio dentro das empresas. Ela tem os atributos, mas ela não consegue aumentar o salário dela com esses atributos", explicou Janaína Feijó.

Além da sub-representação feminina em funções de gestão mesmo quando possuem as mesmas habilidades e experiências que os homens, o fenômeno do teto de vidro resulta também em discriminação salarial: a mulher tende a receber um salário menor mesmo possuindo as mesmas competên-

cial e, acima de tudo, que se sintam livres, acolhidas e valorizadas", afirma.

Diante dessa realidade, a fábrica também reconheceu e promoveu recentemente o talento de Larissa Gonçalves, que se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de Supervisora de Operação na unidade de Camaçari, liderando uma equipe de operadores e operadoras da fábrica. "É interessante observar como é importante ter mulheres no time de supervisão do turno, pois não é algo usual. Busco aproveitar toda oportunidade de conversa sobre diversidade para atravessar os paradigmas que possam interferir no time. Abraçando as diferenças, construímos um ambiente mais flexível e mais inclusivo, onde podemos cultivar o melhor de cada um para colher excelentes resultados", comenta a Supervisora de Operação na BASF.

Na Suvinil, marca de tintas decorativas da BASF, dentro do laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento, as mulheres ocupam 60% do time, sendo o mesmo percentual para mulheres em posições de liderança. Sabrina Marquês, responsável pela gerência sênior da área, conta que durante sua jornada na BASF sempre teve acesso a perfis masculinos inspiradores e que precisou entender sobre essa questão quando assumiu a liderança. "Nos espelhamos muito nesses exemplos, mas eu precisei chegar à conclusão de que eu não precisava ser exatamente como esses bons modelos que tive. Entendi que poderia ser eu mesma e trazer toda essa parte feminina de cuidado e empatia para com o time", conta.

Sabrina acredita que uma vez que a empresa abre essa caixa de diversidade, é possível captar muitos outros talentos. "A equipe de recrutamento do negócio de tintas tem tido a preocupação com a questão da interseccionalidade, de juntar mulheres com diferentes experiências e características, justamente para que a gente consiga formar times com referências diversas, desde químicas especializadas, até líderes da área", encerra.

AUTOMATIZAÇÃO

Uso de IA avança entre empresas brasileiras

Se alguma pessoa já trocou interações com um atendente virtual de alguma marca ou serviço, ela já foi impactada pela inteligência artificial. Com a capacidade de automatizar tarefas rotineiras e aprimorar processos, esta tecnologia já faz parte do cotidiano de 41% das empresas brasileiras, segundo estudo da IBM.

Outros dados da pesquisa mostraram que essa tendência está sendo impulsionada no país por conta de avanços que tornam a Inteligência Artificial mais acessível às empresas (56%), sua crescente incorporação em aplicativos de negócios padrão (48%) e a necessidade de reduzir custos e automatizar processos-chave (39%).

"A implementação cada vez maior de tecnologias de inteligência artificial (IA) e aprendizado de máquina (ML) no Brasil é um reflexo da crescente importância que esses recursos estão ganhando em todo o mundo", afirma Matheus Lúcio, especialista em desenvolvimento de Softwares. "Seja para redução de custos, aumentar produtividade e até mesmo desenvolver novos produtos e serviços, a verdade é que estas ferramentas chegarão para ficar".

Quando o tema é relacionado à sustentabilidade, um dado indica que estas tecnologias terão um papel significativo, uma vez que 66% dos profissionais de TI consultados afirmaram que, para acelerar suas iniciativas ESG, suas empresas estão implementando IA ou têm planos de fazê-lo.

"As áreas de negócio que mais usam IA e ML (aprendizado de máquina) são as de saúde, em diagnósticos médicos e monitoramento de paciente; finanças, com análise de crédito previsão de vendas; e a agricultura, na previsão de safras, monitoramento climático e otimização de fertilizantes", detalha Lúcio.

O mercado é bilionário e, de acordo com a IDC Worldwide Artificial Intelligence Spending Guide, o investimento global em IAs deverá ultrapassar US\$ 200 bilhões em 2025. Lúcio faz sua previsão para o mercado nacional: "No curto prazo, acredito que veremos um aumento na adoção de chatbots e assistentes virtuais, bem como no uso de análise de dados em tempo real. No médio prazo, podemos esperar avanços significativos em tecnologias de visão computacional e processamento de linguagem natural, além de maior uso de IA e ML em robótica e automação".

Em um cenário de longo prazo, a aposta é a aplicação da tecnologia em tarefas mais complexas, como diagnósticos médicos avançados e desenvolvimento de novos materiais e medicamentos.

Atualmente, a qualidade de conexão de internet no Brasil é tida como um obstáculo para a evolução do uso dessa tecnologia. No entanto, a chegada do 5G irá melhorar de forma significativa a qualidade da conexão de internet no país, aumentando a velocidade e a capacidade da rede, tornando possível a transferência de dados em tempo real e a implementação de soluções em nuvem de maneira mais eficiente.

"O acesso à tecnologia e internet de qualidade ainda é limitado para muitas pessoas em todo o mundo, e aqui não é diferente. Além disso, há uma desigualdade de habilidades digitais entre as pessoas, o que pode prejudicar aqueles que não têm as habilidades necessárias para se beneficiar e aproveitar as oportunidades oferecidas pela tecnologia", conclui Lúcio.

Com um cenário mais moderno de conectividade, será possível a conexão de dispositivos e soluções IoT (Internet das Coisas), o que pode abrir novas oportunidades para a evolução da IA no País. No entanto, a implementação e a disponibilidade do 5G no Brasil depende de investimentos e regulamentações governamentais.

OBRAS PARADAS

Governo atualiza os valores de subsídio para Faixa 1 do MCMV

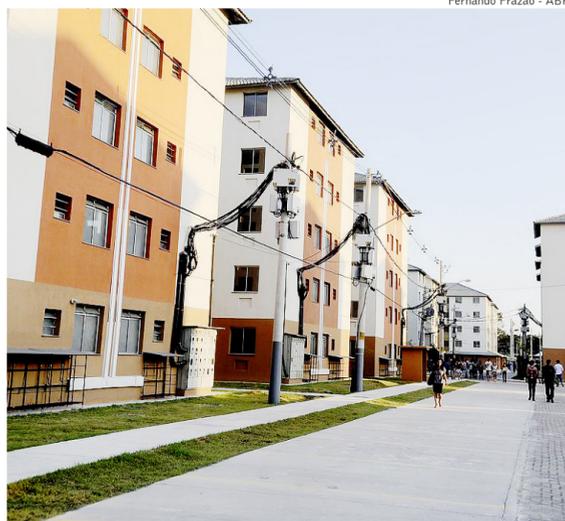
Agora, o teto da subvenção é de R\$ 140 mil em áreas urbanas - antes R\$ 96 mil - e de R\$ 60 mil nas localidades rurais

O governo Lula definiu na quarta-feira, 8, em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) as condições de retomada e continuidade das obras do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) que atendem a população de mais baixa renda. Uma das definições mais importantes é a que atualiza o valor de subsídio da União na construção dessas casas, que chega até 95% do preço do imóvel.

Agora, o teto da subvenção é de R\$ 140 mil em áreas urbanas - antes R\$ 96 mil - e de R\$ 60 mil nas localidades rurais. Seguindo as diretrizes do novo MCMV, a portaria também reajusta a renda máxima das famílias que podem ser atendidas na Faixa 1, que foi de R\$ 1.800 para R\$ 2.640. No caso de áreas rurais, o novo limite é de R\$ 31,680 mil de renda bruta familiar anual.

A intenção do governo é retomar ainda em 2023 cerca de 37,5 mil unidades habitacionais da Faixa 1 que estavam paralisadas. E, a partir de 2024, mais 32 mil. Atualmente, existem cerca de 186 mil unidades habitacionais não concluídas nesta faixa, sendo 170 mil nas modalidades Empresas, Entidades Urbanas e Entidades Rurais e outras 16 mil na modalidade Oferta Pública.

Desse total, uma parcela de 83 mil empreendimentos está com as obras paralisadas.



Fernando Frazão - ABr

A intenção do governo é retomar ainda em 2023 cerca de 37,5 mil unidades

Segundo o Ministério das Cidades, ocupação irregular, pendências de infraestrutura, abandono da construtora e indícios de vícios construtivos estão entre as causas do problema.

A portaria publicada na quarta pelo Ministério das Cidades é voltada especificamente para as obras que não tenham sido concluídas até hoje e usem recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) - instrumentos que sustentam a Faixa 1 - além de atender as operações contratadas no Programa Nacional

de Habitação Rural (PNHR). Segundo a pasta, o objetivo é proporcionar a conclusão, a legalização e a entrega dessas casas e fomentar a eficiência no emprego de recursos públicos que já foram investidos nas unidades.

O ato ainda define que o Ministério das Cidades irá instituir um Grupo de Trabalho (GT) para assessorar a pasta na formulação de propostas para a conclusão de obras contratadas com recursos do FAR que estejam habitadas irregularmente. O GT será coordenado pela Secretaria Nacional de Habitação

, sendo composto, ainda, por representantes do Gestor Operacional do FAR e dos Agentes Financeiros da modalidade. A ideia é que o grupo se reúna semanalmente, e, ao fim de 90 dias, conclua um relatório com propostas para o problema.

Os agentes com operações firmadas no âmbito do programa rural e do FDS terão de seguir algumas normas específicas para a conclusão das unidades. Para esses casos, o gestor operacional ou o agente operador deverão apresentar ao Ministério das Cidades relatório consolidado com análise quantitativa e qualitativa das operações inconclusas, considerando as especificidades da fonte de recursos.

Elas deverão conter, no mínimo, dados que permitam caracterizar o contrato; estágio de execução do empreendimento, tempo e justificativa da paralisação, e porcentual de involução das obras, quando for o caso; caracterização e tempo de ocupação prévia à regular entrega do empreendimento e legalização do imóvel, quando for o caso, e a situação da seleção da demanda; valores de subvenção e contrapartida contratados, situação do cumprimento das contrapartidas, valores desembolsados pelo agente financeiro e avaliação da necessidade de aporte adicional de recursos; além da proposta de solução para cada caso.

CONCORRÊNCIA DESLEAL

Brasil perde R\$ 410 bilhões para o mercado ilegal

O contrabando é um grave problema, que traz prejuízos bilionários para o Brasil. Somente em 2022, as perdas com esse crime somaram R\$ 410 bilhões. O valor é a soma das perdas registradas por 14 setores industriais, que chegam a R\$ 280,8 bilhões, e a estimativa dos impostos que deixaram de ser arrecadados, de R\$ 129,2 bilhões, em função dessa ilegalidade. Os dados são do Fórum Nacional Contra a Ilegalidade (FNCP).

De acordo com o presidente do FNCP, Edson Vismona, os números dão apenas uma ideia do tamanho da ilegalidade, que pode ser ainda maior. A estimativa dos impostos que não foram arrecadados, por exemplo, é com base no percentual tributário de 46%, mas há produtos, como o cigarro, em que o imposto no Brasil pode chegar a 90%, dependendo do estado.

Nos últimos oito anos, os prejuízos causados pelo mercado ilegal quadruplicaram, passando de R\$ 100 bilhões (2014) para R\$ 410 bilhões (2022). O setor de vestuário é o mais impactado, em volume, com perdas de R\$ 84 bilhões - um aumento de 40% em relação a 2021 (R\$ 60 bilhões). Outros segmentos que aparecem no topo da lista são bebidas alcoólicas (R\$ 72,2 bilhões), combustíveis (R\$ 29 bilhões), cosméticos e higiene pessoal (R\$ 21 bilhões), defensivos agrícolas (R\$ 20,8 bilhões), TV por assinatura (R\$ 12,1 bilhões) e cigarros (R\$ 10,5 bilhões).

"As perdas não são apenas econômicas, são de competitividade da indústria nacional, uma vez que, ao não pagar impostos, o ilegal fica mais barato, provocando uma concorrência desleal e corrosiva que prejudica a geração de empregos formais e

renda para o brasileiro", explica Vismona. "Além disso, esses prejuízos afetam diretamente a população mais vulnerável do país, inviabilizando a criação de novos postos de trabalho pelas empresas e o investimento em áreas prioritárias, como educação e habitação, por parte do governo federal", completa.

O levantamento do FNCP é feito desde 2014 e tem como base os dados apontados pelos próprios setores produtivos, que têm métricas próprias (pesquisas, avaliação de mercado). Os 14 segmentos contemplados pelo estudo do FNCP são vestuário; cigarro; TV por assinatura; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; bebidas alcoólicas; combustíveis; audiovisuais; defensivos agrícolas; celulares; perfumes importados; material esportivo; PCs e brinquedos.

Dentre os produtos ilegais mais apreendidos pelas forças de segurança, novamente o cigarro aparece como campeão do contrabando no Brasil. Cerca de 162 milhões de maços da mercadoria foram confiscados durante 2022, segundo relatório aduaneiro anual da Receita Federal. Esse volume representa quase 30% de todas as apreensões de mercadorias ilegais no ano.

Em 2022, as vendas de cigarros ilegais, na maior parte contrabandeados do Paraguai, atingiram 41% de todo o mercado nacional. O problema é tão grave que só com a venda ilegal do produto, milícias e organizações criminosas movimentaram o equivalente a R\$ 10,4 bilhões, apenas em 2022. Esse valor, se revertido em benefícios para a população, poderia ser usado para a construção de quase 100 mil unidades de casas populares, por exemplo.

Coneção



conexao@diariocomercial.com.br

Instagram: @coluna.conexao

POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

Lira e reforma tributária em reunião na ACSP



Divulgação

A semana começou com uma visita do presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Arthur Lira (PL), à sede da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). O parlamentar participou de uma reunião com representantes do setor empresarial, promovida pelo Conselho Político e Social (COPS) da ACSP. Durante sua fala, um dos destaques foi a reforma tributária que, em sua avaliação, pode sair ainda em 2023. "Temos uma vontade conjunta, do governo eleito e do Congresso, em dialogar para tentarmos votar a reforma tão falada, tão difícil, que é a reforma tributária", comentou Lira. Para o coordenador do COPS da ACSP, o ex-senador Heráclito Fortes, Lira é uma figura que se tornou muito relevante nos últimos anos, não só por sua atuação à frente da Câmara dos Deputados, mas também pelo momento pelo qual o Brasil passa.

Obrigações Ambientais da Indústria em pauta

No próximo dia 16, das 10h às 17h, o Centro de Convenções da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) sediará a edição 2023 do evento "Diálogos sobre Obrigações Ambientais da Indústria". O evento volta a ser presencial e traz para o associado Firjan a vantagem de agendar uma consulta diretamente com técnicos dos órgãos ambientais. O evento destacará as principais obrigações empresariais federais e estaduais a serem cumpridas. Gratuito, o evento requer inscrições antecipadas que podem ser feitas no site da Firjan.

Encontro com embaixadora do Vietnã faz sucesso no DF

A embaixadora do Vietnã, Pham Thi Kim Hoa, foi um dos destaques da segunda edição do projeto Café com o Embaixador, realizado em Brasília (DF) no último dia 2. A dirigente falou sobre a economia de seu país e detalhou as características do comércio bilateral com o Brasil. Cerca de 130 empresários e dirigentes sindicais do comércio do Distrito Federal participaram do evento organizado pela Fecomércio-DF e pelo Instituto Jovem Exportador (IJEx).

Conselho de Infraestrutura da FIEMG define grupos de trabalho e traça metas para 2023

Sebastião Jacinto Júnior

Na terça-feira, membros do Conselho de Infraestrutura (COINFRA) da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) se reuniram de forma híbrida para divulgar as ações que serão desenvolvidas pelo colegiado neste ano. O encontro serviu ainda para definir a composição dos grupos de trabalho que representarão o Conselho ao longo do ano. O presidente do COINFRA, Emir Cadar Filho, destacou o alinhamento dos membros do colegiado durante o ano passado. Ele explicou que neste ano os membros serão divididos, de forma estratégica, em quatro grupos de trabalho: projetos, financiamento, regulação e competitividade e tecnologia. O diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), Rodrigo Rodrigues, participou da



reunião e detalhou as ações do órgão em prol do desenvolvimento da infraestrutura no Estado. Ele fez questão de reforçar a parceria com a FIEMG na busca por novos investimentos a curto, médio e longo prazos para o setor.

Evento prepara o terreno para o Web Summit Rio

A Invest.Rio, agência de atração e promoção de investimentos da Prefeitura do Rio, realizou, em parceria com Sebrae Rio e Senac RJ, no último dia 2, a primeira edição do Esquenta Web Summit, circuito de eventos voltado para preparar o público para a chegada do Web Summit Rio. Os organizadores aproveitaram a oportunidade para lançar o edital de seleção de startups que vai levar dez vencedoras ao Web Summit Rio. A iniciativa teve como objetivo gerar networking entre os atores do ecossistema de inovação e engajar o público para o maior evento de inovação e tecnologia do mundo, realizado de 1º a 04 de maio no Riocentro. Será a primeira vez que este grande evento será realizado fora da Europa.

Solenidade marcará lançamento de Frentes Parlamentares Brasil/China e BRICS

O Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília (DF) sediará no próximo dia 15, a partir das 19h, Solenidade e Coquetel de Lançamento das Frentes Parlamentares Brasil - China e BRICS do Congresso Nacional. A programação tem por objetivo incentivar o equilíbrio, a harmonia e o progresso no desenvolvimento da temática central "Brasil, China, BRICS e Relações Internacionais: uma Agenda Estratégica Interpoderes, Interfederativa e Interinstitucional". O evento contará com a participação de autoridades dos Poderes da República, dos Estados da Federação, dos Municípios e das Missões Diplomáticas no Brasil, além de representantes de órgãos e entidades diversas, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada.

FNP e Ministério da Fazenda no mesmo lado da mesa pela Reforma Tributária

Ana Lícia Menezes - PMA

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) indicará três técnicos para uma Comissão do Ministério da Fazenda sobre reforma tributária. A proposta foi feita pelo ministro Fernando Haddad na última terça-feira. O titular da Fazenda declarou aos dirigentes da FNP que deseja que a reforma não prejudique os municípios. Segundo o ministro, a expectativa é que a FNP ajude a encontrar pontos que precisam de melhoria, a partir do ponto de vista das cidades.



ENTREVISTA **ALEX SZAPIRO**, diretor do softbank para a América Latina

Fundo japonês promete manter investimentos na América Latina

Poucos nomes estão tão enraizados no ecossistema de startups do Brasil e América Latina quanto o fundo japonês SoftBank. Realizando investimentos no País desde 2019, a organização japonesa possui hoje 91 empresas investidas em seu portfólio, com uma porção importante de "unicórnios" (startups avaliadas acima de US\$ 1 bilhão) no currículo, como Nubank, QuintoAndar, Loft, Creditas, Gympass e Loggi, além das mexicanas Kavak e Bitso e da colombiana Rappi.

Com a mudança de direção ocorrida no universo das startups em 2022, que força essas empresas a buscarem maior eficiência em um cenário de escassez de capital, fundos de investimento tornam-se mais cautelosos - e o grupo nascido pelas mãos de Masayoshi Son (apelidado de Masa) não é exceção.

No ano passado, grande parte dos unicórnios sob a tutela do fundo realizou demissões em massa visando cortes de custos - e continua a fazer isso em 2023. Além disso, o gigante passava também por uma turbulência interna, com a saída de Marcelo Claure, um dos braços-direitos de Masa e responsável por dar o pontapé do SoftBank na América Latina.

Para o lugar de Claure, o SoftBank trouxe Alex Szapiro, que comandou as operações brasileiras da Apple e Amazon. O executivo admitiu falhas na estratégia de crescimento acelerado, que agora resultam nas demissões, mas afirmou que o movimento era difícil de ser evitado. Ele também traçou um perfil do empreendedor brasileiro, revelou a estratégia da firma para 2023 e afirmou que não falta dinheiro para novos investimentos no País. Confira os melhores momentos.

Em 2022, o SoftBank esteve mais quieto. Qual é o planejamento para 2023?

Não ficamos quietos, talvez mais low-profile. Em 2022, olhamos mais de 100 oportunidades no mercado. Lógico que, para o segmento de crescimento, que é o que a gente atua com os aportes de séries B e C em diante e com cheques de US\$ 20 milhões, há menos empresas no pipeline. De 2019 a 2021, pegamos o lote daquelas empresas criadas em 2014, que precisavam de cheques maiores para continuar o crescimento. E nosso papel é dois: investir em novas empresas, mas continuar fazendo follow-ons nas que estão em nosso portfólio.

Em 2022, especulou-se que o SoftBank sairia da América Latina por conta tanto de suas mudanças internas quanto da virada no cenário econômico. Isso vai acontecer?

Não vamos sair da América Latina. Nossa tese não muda. Porque é onde temos gente que entende do mercado.

Então, o plano é investir em follow-on ou buscar novas startups?

Na minha cabeça, do que vamos alocar, provavelmente vai ser 50% follow-on, outros 50% novos negócios. Mas, se amanhã surgir uma empresa fantástica

que precisa de mais dinheiro, vamos fazer. A partir do nosso portfólio, temos um conhecimento de quem vai precisar de capital para levantar nos próximos dois anos, quem vai atingir break-even (quando lucros e prejuízos se igualam e a companhia atinge o ponto de equilíbrio financeiro), quem vai ter caixa até eventual IPO... É mais fácil quem está dentro de casa. Quem não conhecemos é novo.

O SoftBank olha hoje para empresas menores do que antes?

Isso não mudou. Nossa tese é a mesma: somos agnósticos e olhamos todos os segmentos. Saúde, logística, varejo, finanças, agronegócio. Para investirmos, geralmente são cheques maiores em empresas que já têm que estar um pouco maiores. Aprendemos que a maneira com que fazemos um negócio em estágio inicial (early-stage) é muito diferente de growth, que é mais estruturação de conselho e times. No early-stage, o investidor precisa estar muito próximo da empresa, pegando na mão. É um negócio muito distinto. Chegamos a trazer pessoas fantásticas para cá, que é Rodrigo Baer e o Marco Camhaji. Mas, no ano passado, tomamos a decisão de nos separar e eles criaram o Upload Ventures. Somos o maior investidor externo deles, mas



Alex Szapiro: "Isso não mudou. Nossa tese é a mesma: somos agnósticos e olhamos todos os segmentos"

eles têm independência total.

Como é a relação do SoftBank com os fundadores das startups neste momento em que o mercado está mais difícil?

Temos ajudado muito. É lógico que nós não estamos nos 91 conselhos do nosso portfólio de startups, mas estamos em pelo menos uns 40 a 50 conselhos. Pessoalmente, eu estou em 13. Mas as reuniões focam em quatro a cinco temas principais. A questão da extensão do caixa: lógico que você pode continuar captando, mas os valuations (os valores pagos pelos investidores) mudaram. E há muitos empreendedores questionando se querem captar agora ou depois e como fazer para estender o caixa da startup por mais tempo. E aí logicamente vimos alguns ajustes no mercado. Segundo, discutimos a própria estratégia da empresa. Em 2020 e 2021, era um momento de muito crescimento rápido nas startups. Acho que de certa forma era até um pouco errado do nosso lado, da

indústria de investimento. Acho que foi um erro nosso também incentivar o crescimento acelerado. O terceiro ponto é o foco no centro do negócio. Para a indústria e empreendedores, esta é a primeira grande crise. Em 2020 e 2021, vimos muitas discussões sobre expandir para vários países, vários projetos que não eram o centro do negócio da startup. Algumas empresas deixaram de expandir e de falar que querem conquistar cinco países no próximo ano - hoje, talvez fiquem só no México, no Brasil ou na Colômbia. Vimos muito ajuste da estratégia das empresas. O quarto ponto é como atingir o break-even. E as discussões sobre captação são mais estruturadas por meio de dívida, em que alguém que empresta dinheiro conversível em ações da empresa. Muitos empreendedores estão fazendo isso para não sofrer um downround (quando uma empresa tem a avaliação de mercado rebaixada). Mas downrounds vão acontecer. E vai ter casos de mortalidades

de empresas. Outro tema muito iminente é o de fusões e aquisições, dos dois lados. Muitas empresas pequenas, com times muito bons, batiam na porta do nosso portfólio há um ou dois anos, mas as valuations que não faziam sentido. Muitas dessas empresas, que tinham um produto muito bom, acabaram com pouco caixa e sem capacidade de levantar capital novamente. Hoje, procuram complementação.

As demissões eram o principal remédio para o momento? Qual é o tamanho da parcela de responsabilidade do SoftBank nesses movimentos?

Geralmente, temos muito pouco papel nos cortes. Não falamos de pessoas. Falamos muito mais de fazer o negócio perdurar pelos próximos 30 anos. Não temos competência para a decisão de cortar Quem efetivamente entende da empresa e sabe das eficiências e ineficiências é o fundador e a equipe dele. As discussões são sobre alongar o caixa

da empresa. Uma coisa que às vezes esquecemos é que foi gigantesca a quantidade de pessoas contratadas num espaço de tempo muito curto. No portfólio, uma startup saiu de 150 pessoas para 900 em basicamente oito meses. O que acontece quando se faz isso? Há contratações erradas, existe dificuldade até de ajustar o organograma. O ajuste nas startups tem dois componentes. Existe o fator de alongar o caixa da empresa. E o outro é trazer muita gente que não atinge a barra de exigência da empresa, seja por falta de qualificação ou porque há ineficiências de organograma. Quando se cresce muito rápido, o empreendedor não olha para a ineficiência da sua estrutura. Houve um mea culpa nosso e das empresas sobre esse crescimento. Existe um outro ponto de as empresas que tiveram redução de pessoal, mas ainda têm várias vagas abertas. É um reposicionamento de negócios, diminuindo a área de vendas, mas crescendo a de tecnologia, por exemplo. Basicamente, estamos em um ajuste.

Dava para evitar as demissões?

Daria para evitar se as empresas não tivessem contratado. Não acho que seja culpa de alguém. É a dinâmica no mercado. Ou seja, você basicamente vai crescer se tem capital. Aliás, não estamos falando só do Brasil, e sim do mundo todo. No mercado americano, vimos uma leva de empresas de tecnologia, com Microsoft, Facebook. De quem é a culpa? Essas empresas também contrataram muita gente nos últimos três anos.

Estamos começando a ver uma segunda rodada de cortes no Brasil e no mundo. Até quando isso vai se estender?

Difícil falar. Tenho 91 empresas no portfólio, e são empresas em fases muito diferentes. Há aquelas contratando e outras numa segunda rodada de demissões. Mas estou mais otimista, porque grande parte dos ajustes, e isso é um achismo, já aconteceram. Algumas empresas até erraram nas demissões, no sentido de precisar mais gente, mas precisaram subir a barra de contratações porque agora precisam de alguém com alguma capacidade técnica ou gerencial. Eu sou um otimista cauteloso.

INFLAÇÃO ALTA

Powell reitera que ainda há dados a serem avaliados antes de definir trajetória de juro

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, reforçou na quarta-feira, 8, que os dirigentes da autoridade monetária analisarão uma série de dados econômicos que ainda vão ser divulgados antes de tomar uma decisão sobre a trajetória futura dos juros. Em audiência na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Powell reiterou que, de qualquer forma, os indicadores recentes sugerem que a taxa terminal será maior que o previsto anteriormente.

O banqueiro central acrescentou que o Fed está ciente dos efeitos "defasados" da política monetária e explicou que a desaceleração no ritmo de aperto foi uma maneira de avaliar esses impactos. Segundo ele, os bancos americanos continuam for-

temente capitalizados.

O presidente do Federal Reserve ressaltou que a inflação "não cai sozinha", a menos que seja movida por fatores transitórios. Ele notou que a inflação sobre bens, impulsionada por problemas nas cadeias de produção derivadas da pandemia da covid-19, teve queda recente, conforme essas dificuldades são contornadas. Há, porém, inflação que não está relacionada a esses fatores transitórios, que precisa ser contida, apontou.

Ainda comentou que reagir em sua política ao orçamento do governo federal não é algo no escopo do Fed, mas o BC monitora os níveis de dívida e seus efeitos.

Powell disse também que o Fed não almeja um nível particular para os salários, mas se con-

centra em seu mandato de inflação na meta de 2% e máximo emprego.

Ainda segundo o presidente do BC, os grandes bancos americanos almejam uma "abordagem uniforme" nas regulações relacionadas ao clima.

O presidente do Federal Reserve reafirmou que não há a intenção de alterar a meta de inflação de 2% da instituição. Ele também comentou que os EUA estão em "trajetória insustentável" em sua dívida, o que precisa ser corrigido, sem citar datas.

Powell foi questionado em outro momento sobre o dólar e considerou que ele não parece sofrer "grande ameaça" de perder seu status de moeda de reserva global. Ainda para o dirigente, o Fed deseja que os salários aumentem no país, mas é

preciso que esse movimento acompanhe o avanço da produtividade, a fim de não impulsionar a inflação.

Jerome Powell afirmou também que a instituição não deseja "provocar uma recessão", mas está concentrada em levar a inflação de volta à meta de 2%. Durante a audiência, ele defendeu a importância de controlar o nível dos preços.

Em outro momento de suas respostas a questões de deputados, Powell notou que um recuo na globalização poderia produzir inflação mais elevada, e consequentemente levar a juros mais altos. Sobre o mercado de trabalho, ele comentou que pode haver dificuldades para mensurar perfeitamente os números de trabalhadores informais.

O presidente do Fed expli-

cou que a instituição analisará uma série de dados antes de definir o ajuste na taxa básica, entre eles o relatório Jolts de abertura de postos de trabalho, que foi divulgado na quarta.

Como já havia dito na terça-feira no Senado, o dirigente reforçou que dados recentes sugerem que a taxa terminal de juros deve ficar acima do previsto anteriormente.

Ele reiterou que a inflação nos Estados Unidos está arrefecendo, mas segue muito elevada. Powell disse ainda que o dólar é o único "candidato sério" a exercer o papel de moeda de reserva global.

Segundo Powell, a credibilidade da divisa norte-americana é apoiada por vários fatores, entre eles a instituições democráticas fortes nos Estados Unidos.

DIREITOS IGUAIS

Lula garante que vai tornar obrigatório o salário igual

O presidente avaliou que, em meio à um contexto de diversas formas de violência contra as mulheres, é dever do Estado enfrentar cada uma delas

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na quarta-feira que a palavra mágica do projeto de lei assinado neste dia 8 de março, que estabelece igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função no trabalho, é a "obrigatoriedade" para que ninguém ganhe menos pelo fato de ser mulher. "Vai ter muita gente que não vai querer pagar, mas por isso a justiça tem que funcionar para obrigar o empresário a pagar", disse Lula durante evento realizado no Palácio do Planalto em comemoração ao Dia da Mulher.

Ele anunciou um pacote de medidas focadas no público feminino como forma de "colocar fim à barbárie".

O PL é um compromisso assumido durante a campanha eleitoral presidencial. A medida foi, inclusive, uma das condicionantes determinantes para que a então candidata Simone Tebet apoiasse Lula no segundo turno contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Lula afirmou que aceitar que a mulher ganhe menos que o homem significa perpetuar uma violência histórica contra o público feminino. Ele defendeu a igualdade de gênero e, em comparação com a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, disse que é necessário o respeito às mulheres "que faltou no governo anterior".

"Comemorando (8 de março) com o respeito que elas exigem, respeito em todos os espaços (...) Respeito que lutamos para construir quando governamos este País. Respeito que faltou no governo anterior quando optou pela destruição de políticas públicas, cortou recursos orçamentários essenciais", disse ele durante o evento.

O presidente afirmou que Bolsonaro estimulou de forma velada violência contra o público feminino e que, hoje, estatísticas mostram que todos os dias três brasileiras são assassinadas pelo simples fato de serem mulheres. "Houve um tempo em que o 8 de março era comemorado com distribuição de flores para mulheres, enquanto os outros 364 dos dias do ano eram marcados pelo machismo e violência", avaliou.

O presidente avaliou que, em meio à um contexto de diversas formas de violência contra as mulheres, é dever do Estado e de toda a sociedade enfrentar cada uma delas. Após assinar atos, decretos e projetos de lei, Lula destacou as 11 ministras do seu governo e classificou o respeito às mulheres como valor inegociável.

"Nada, absolutamente nada justifica a desigualdade de gênero. A medicina não explica. A biologia não explica. A anatomia não explica. Talvez a explicação esteja no receio dos homens de serem superados pelas mulheres. É isso que não faz sentido algum. Primeiro porque as mulheres querem igualdade, não superioridade. Segundo porque quanto mais as mulheres avançam, mais o país avança. E isso é bom para toda a população."

O presidente lembrou que a desigualdade de gênero não é um problema exclusivo do Brasil. Ele citou dados da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre disparidade de renda e desigualdade entre homens e



Lula, durante evento no dia da Mulher, anuncia uma série de ações que incidem diretamente na garantia de direitos femininos

DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES



Janja, durante evento no dia da Mulher, lembra o número recorde de mulheres ocupando os ministérios e defende a ampliação da presença feminina na política

Janja diz ser mais alvo de ataques do que Lula

A primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, afirmou na quarta-feira, 8, que é um alvo de ameaças nas redes sociais maior do que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante um evento de homenagem ao Dia Internacional da Mulher no Senado Federal, a socióloga defendeu a presença de mulheres na política e se comprometeu a lutar contra a violência e gênero nos espaços de poder. O encontro marcou a entrega do diploma Bertha Lutz, que Janja recebeu ao lado de outras seis mulheres.

Janja abriu o seu discurso utilizando gênero neutro, com "todos e todes", e compartilhou a situação de ataques que tem vivenciado. "Tenho sido o principal alvo de mentiras, ataques a honra e ameaças nas redes sociais, até mais que o

presidente da República. Sei que muitas de vocês também passam por isso, pela mesma e terrível experiência de ver seu nome, seu corpo, sua vida exposta de uma forma mentirosa", afirmou.

A primeira-dama lembrou o recorde no número de mulheres ocupando os ministérios e também defendeu a ampliação da presença feminina na política. "Precisamos institucionalizar a nossa presença nos espaços de poder e garantir que exista e sejam cumpridas as regras de paridade. Também serei aliada incondicional de primeira hora nas ações de violência e gênero na política", disse. "Nenhuma de nós com medo, todas de nós na política."

Nas últimas eleições, o País consolidou um número recorde de mulheres

no Senado, somando 15 parlamentares, mas ainda longe da metade do total de 81 cadeiras. Na Câmara, as deputadas representam apenas 18% das 513 vagas, mesmo com o aumento de 41% nas candidaturas nas eleições de 2018 para 2022. No caso dos ministérios, Lula levou 11 mulheres para o primeiro escalão - há 37 cargos disponíveis.

O Senado Federal entregou na quarta-feira, 8, o diploma Bertha Lutz para sete mulheres que contribuíram, de forma relevante, para a defesa dos direitos das questões de gênero no Brasil. O prêmio leva o nome da bióloga e advogada paulista que foi uma das figuras mais importantes do feminismo e da educação no País durante o século XX.

Os nomes foram escolhidos pela bancada feminina da Casa. Na lista de homenageadas, estão nomes das áreas de segurança pública, da comunicação e do direito. Dentre as premiadas estão Ilona Szabó de Carvalho, Ilana Trombka, Nilza Valéria Zacarias, Rosa Weber, Rosângela Silva, Clara Filipa Camarão e Glória Maria.

mulheres que indicam que a questão é ainda mais profunda do que se imaginava.

"A humanidade levará 300 anos para alcançar a igualdade entre mulheres e homens se permanecerem as condições atuais. Por isso, não podemos aceitar que a condições atuais sejam mantidas. A igualdade de gênero não virá da noite para o dia, mas preci-

samos acelerar esse processo. E, se dependesse desse governo, a desigualdade acabaria hoje mesmo por um simples decreto do presidente", concluiu.

Em evento de comemoração ao dia da mulher, a ministra das mulheres, Cida Gonçalves, anunciou a criação, no próximo mês, de um "PAC" nacional no combate ao feminicídio.

Cida participou na quarta-feira de um evento em comemoração ao Dia da Mulher, no Palácio do Planalto, ao lado de Lula e a equipe ministerial do governo.

Cida disse ainda que sua pasta vai retomar ações para o enfrentamento da violência política e de gênero, retomada da construção de creches, paridade de gênero em comissões

e conselhos, esforço na inserção de meninas nas áreas da ciência, engenharia e computação, entre outras medidas. De acordo com ela, ministérios e o presidente farão viagens em prol de medidas voltadas ao público feminino. Ao iniciar o discurso, Cida mencionou a ex-presidente Dilma Rousseff e foi aplaudida de pé pelo público local.

DEMOCRACIA

Marcelo Camargo - Agência Brasil



Rosa: "ainda há muito a ser feito"

Rosa defende a igualdade de gênero no Brasil

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, afirmou na quarta-feira (8) que a busca pela igualdade entre homens e mulheres é um "imperativo" para todos os cidadãos e instituições brasileiras para que se possa efetivar a democracia no país.

"O déficit de representatividade feminina significa um déficit para a própria democracia brasileira", disse Rosa Weber. "É imperativo que nos desafie a todos, homens e mulheres, partidos políticos, sociedade civil e instituições de Estado", afirmou.

As declarações foram dadas durante o evento O Olhar Delas, realizado na sala de audiências da Primeira Turma, na sede do Supremo, para marcar o Dia Internacional da Mulher, comemorado na quarta-feira (8).

A presidente do Supremo destacou ser apenas a terceira a presidir a Corte, que há pouco completou 132 anos de existência. "A história republicana deste Supremo Tribunal Federal conta com apenas três ministras, entre 169 ministros", ressaltou.

A ministra disse ainda que "há muito a ser feito", pois ainda nos encontramos distantes de uma igualdade efetiva, e mesmo quando conseguimos superar a sub-representação em espaços de decisão e de poder, as mulheres continuam a sofrer um preconceito qualitativo e a ser inviabilizadas".

"Mesmo quando nós, mulheres, podemos ocupar o espaço institucional, maior é o esforço a despendar para sermos ouvidas em pé de igualdade com os homens", disse Weber. "Há muito a ser feito", acrescentou a presidente do Supremo.

Entre as iniciativas nesse sentido, ela destacou que o Judiciário aprovou como uma de suas metas para este ano a priorização no julgamento de casos de feminicídio e violência doméstica e familiar contra a mulher.

Além de Rosa Weber, participaram do evento a ministra do Supremo Cármen Lúcia; a cantora Maria Bethânia; a médica e pesquisadora Margaret Dalcolmo; a estagiária do CNJ Alcineide Cordeiro, integrante do povo indígena Piratapuya; e a atriz e apresentadora Regina Casé.

"Não somos nem guerreiras, nem amazonas, nem feitas de aço. Nós somos feitas de uma substância que é plástica, se adapta, se emociona, chora, sangra. De uma substância muito especial, chamada mulher, isso que nos faz lutar, isso nos faz confiar", disse a pesquisadora Margaret Dalcolmo.

Na condição de mulher indígena, Alcineide Cordeiro, estudante de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB), disse nunca ter imaginado estar no Supremo, lado a lado com mulheres poderosas, o que a faz acreditar "que os paradigmas que a sociedade nos impõe podem ser remodelados a partir de nossa inserção desses espaços de decisão e crianças de leis".

Já a atriz Regina Casé fez um apelo para que mais mulheres sejam indicadas para o Supremo. "A gente precisa de muitas e muitas mulheres, indígenas, negras, aqui nesta casa, porque elas vão estar representando muitas outras que, infelizmente, não vão ter voz", disse.

ENTREVISTA **SIMONE TEBET, ministra do Planejamento**

EDIÇÃO DIGITAL

Multa por falta de igualdade salarial vai doer no bolso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou na quarta-feira (8) projeto de lei que aumenta valor da multa para empresa que pagar salário diferente a homem e mulher na mesma função. Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, a obrigação de igualdade salarial já está prevista na legislação brasileira, mas a multa hoje para quem a descumpra é irrisória. A seguir, trechos da entrevista.

A legislação já prevê igualdade salarial de homens e mulheres. Por que é necessária nova lei sobre isso?

A CLT, há 80 anos, já dizia que um homem e uma mulher com mesmo cargo, mesma função, mesmo perfil tinham que ganhar salário igual. Só que, como não havia nenhuma pena, nenhuma punição, virou letra morta. Em 1988, a bancada do batom conseguiu colocar pela primeira vez no texto da Constituição que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Então, por si só, já valeria para dizer que, se homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e a mulher está exercendo a mesma função do homem, se tem mesma capacidade, mesmo grau de escolaridade, ela já tem que ganhar salário igual. Mas isso também foi insuficiente. Quando veio a reforma trabalhista em 2017, a bancada feminina conseguiu dar um avanço. Só que, para nossa surpresa, o texto apresentado e aprovado na reforma acabava estimulando empregadores a pagar para ver. Ou melhor, não pagar porque a multa é irrisória. Pasmem, ela hoje é de até 50% do maior benefício da Previdência Social, ou seja, até cinco salários mínimos, um pouco menos que isso. Então o mau empregador fala: 'Bom eu vou pagar um ano, dois anos, três anos de salários mais baixos, vou infringir a lei



Tebet: "quando a mulher é solteira, a diferença salarial tende a ser menor. Mas quando a mulher é casada a diferença salarial tende a ser maior"

porque, se receber a multa, ela é muito pequena considerada a diferença salarial que vou deixar de pagar por um ano, dois anos ou mais tempo. Então essa lei que o presidente da República vai apresentar ao Brasil, que vai para o Congresso Nacional, fala realmente em impor essa obrigatoriedade de igualdade salarial fazendo doer no bolso, aumentando a multa e estabelecendo regras.

Como vocês pretendem lidar com as resistências?

Nós já enfrentamos isso na reforma trabalhista. Depois de 2017, a bancada feminina avançou num projeto que foi aprovado na Câmara e no Senado

que estabelecia multa de até cinco vezes a diferença salarial. Então, hipoteticamente, uma mulher que trabalhou um ano e ganhou R\$ 200 a menos que um homem multiplicaria R\$ 200 por 12 meses e receberia uma multa de até cinco vezes esse total. Claro que o juiz ia ver se era caso de reincidência ou não. Então era um projeto razoável, mas lamentavelmente o então presidente da República (Jair Bolsonaro) o recebeu e pediu para voltar ao Congresso. Acho que foi o único projeto em que Câmara e Senado aprovaram, vai para o Executivo e depois é devolvido. O presidente poderia vetar o projeto, mas não teve a cora-

gem de assumir esse risco porque ia ficar mal com as mulheres brasileiras. Mas isso é passado e agora estou muito otimista.

Como o Brasil está em relação ao mundo nessa questão da igualdade salarial?

Esse é um desafio do mundo, mas no Brasil a diferença salarial entre homem e mulher é maior do que na média dos países evoluídos, dos países emergentes. Quando a mulher é solteira, a diferença salarial tende a ser menor. Mas quando a mulher é casada a diferença salarial tende a ser maior e quando a mulher tem filhos a diferença

salarial é maior ainda. Então essa é uma triste realidade. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho mostra, porém que, se todos os países do mundo pagassem iguais salários para homens e mulheres, o PIB mundial cresceria 26%. Por quê? Primeiro porque você distribui a renda. Segundo porque essa trabalhadora é uma grande consumidora. Ela não guarda. Com exceção de CEOs de grandes empresas, a grande massa das trabalhadoras vai correr pro supermercado, comprar material escolar pro filho, pagar um exame de saúde. Isso faz com que o dinheiro circule na economia, então todo mundo ganha.

QUADRILHÃO DO MDB

TRF1 nega recurso contra a absolvição de Temer

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região negou na terça-feira, 7, recurso do Ministério Público Federal contra a decisão que absolveu o ex-presidente Michel Temer (MDB), o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o ex-ministro Geddel Vieira Lima e os outros dez réus na ação do Quadrilhão do MDB.

O processo analisava denúncia apresentada pelo ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot sobre suposta organização criminosa liderada pelo ex-chefe do Executivo e composta por corregelionários com atuação em diversos órgãos públicos - Petrobras, Furnas, Caixa Econômica, Ministério da Integração Nacional e Câmara dos Deputados - em troca de propinas de mais de R\$ 587 milhões.

Os integrantes da 3ª Turma da Corte regional decidiram não reformar sentença assinada pelo juiz Marcus Vinícius Reis Bastos, da 12ª Vara Federal do Distrito Federal, em maio de 2021. O relator da apelação apresentada pela Procuradoria contra o despacho é o desembargador Ney Bello.

Em primeiro grau, o juízo entendeu que não há provas

de associação entre os políticos que corroborem a narrativa construída pela acusação. "A denúncia apresentada, em verdade, traduz tentativa de criminalizar a atividade política", escreveu Marcus Vinícius Reis Bastos no documento.

A denúncia que ensejou a ação penal foi apresentada em 2017. As acusações atingiam ainda ex-deputados Henrique Eduardo Alves e Rodrigo da Rocha Loures, os ex-ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco, o coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo e amigo pessoal do ex-presidente, João Baptista Lima Filho, o empresário José Yunes, o corretor Lúcio Funaro, além de Sidney Noberto Szabo e Altair Alves Pinto.

O advogado Marcelo Leal, que defende Henrique Eduardo Alves, disse que com essa decisão resta confirmada a sentença do juiz de primeiro grau que havia absolvido todos os réus sumariamente. "A defesa de Henrique Eduardo Alves entende que, com isso, encerra-se mais um capítulo nefasto da Lava-Jato que pretendia criminalizar a atividade política, com graves consequências para a democracia brasileira."

ATOS GOLPISTAS

Moraes libera 149 mulheres com tornozeleira eletrônica

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, finalizou a análise de pedidos de liberdade provisória feitos por mulheres presas nos atos golpistas do dia 8 de janeiro, determinando a liberação de 149 investigadas já denunciadas pela Procuradoria-Geral da República que seguem custodiadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a Colmeia. Outros 61 pedidos foram negados.

A avaliação do ministro foi a de que a maior parte das investigadas beneficiadas pela decisão - 165 - pode responder às acusações em liberdade uma vez que não são executoras principais ou financiadoras. Outras quatro radicais, denunciadas por crimes mais graves, foram colocadas em liberdade provisória em razão de 'situações diferenciadas' - comorbidades, câncer e responsabilidade por crianças com necessidades especiais.

Todas as investigadas liberadas deverão cumprir uma série de medidas cautelares alternativas, como o uso de

tornozeleira eletrônica. Elas foram proibidas de deixar o local onde moram, e tem que cumprir recolhimento domiciliar, durante a noite e aos fins de semana, com o uso de tornozeleira eletrônica.

As 169 beneficiadas pela decisão de Alexandre também não podem usar as redes sociais nem se comunicar com outros envolvidos nos atos golpistas. Também tiveram seus passaportes cancelados e devem entregar os respectivos documentos à Justiça.

A maior parte do grupo liberto foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República por incitação ao crime e associação criminosa - delitos com penas que, somadas, atingem três anos e meio de detenção. O Ministério Público Federal não ofereceu acordo de não persecução penal às investigadas em razão da 'gravidade' de suas condutas. Para o órgão, 'a incitação e a formação da associação criminosa tinham por objetivo a tomada violenta do Estado Democrático de Direito, por meio das Forças

Armadas, o que é incompatível com a medida despenalizadora'.

Outras quatro investigadas colocadas em liberdade por Alexandre, em razão de 'situações diferenciadas' foram acusadas por associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima e deterioração de patrimônio tombado.

O ministro negou 61 pedidos de liberdade provisória em benefício de outras acusadas por crimes similares, mais graves, por considerar que a manutenção da prisão preventiva é 'necessária para a garantia da ordem pública e instrução processual penal'.

Segundo balanço da Corte máxima, 407 presas durante os atos golpistas estão em liberdade provisória com medidas cautelares. Outras 82 seguirão custodiadas na Colmeia.

MEC decide acabar com Enem digital

O Ministério da Educação (MEC) decidiu acabar com o formato digital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) em 2020. Já este ano a prova será feita apenas presencialmente. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (Inep), órgão do MEC, poucos estudantes optaram nos últimos anos pela avaliação feita pelo computador, que tem alto custo.

"Resolvemos cancelar a edição digital e não há planos para que volte a ocorrer", disse o presidente do Inep, Manuel Palácios. Em 2022, foram oferecidas 100 mil vagas para o Enem digital, 66 mil candidatos se inscreveram e menos da metade, cerca de 30 mil, apareceram para fazer a prova desta forma.

O custo do Enem digital em 2022 foi de R\$ 25,3 milhões. O valor por estudante, portanto, foi de cerca de R\$ 830, enquanto na prova impressa ficou em cerca de R\$ 160. A aplicação do Enem impresso custou R\$ 324 milhões no ano passado e envolveu mais de 2 milhões de estudantes.

Segundo Palácios, o alto custo também impede o Inep de expandir em escala a prova digital para que todos pudessem fazê-la neste formato. O exame pelo computador foi realizado em 672 locais de prova pelo País em 2022, em computadores com equipamentos de segurança oferecidos pelo Inep. Não era possível, por exemplo, fazê-lo na residência do candidato.

Quando foi anunciado, em 2019, pelo então ministro da Educação Abraham Weintraub, os planos eram de que houvesse um aumento gradual no número de estudantes e em 2026 o Enem fosse feito somente digitalmente. Mas nem a quantidade de vagas oferecidas pelo Inep nem a de inscritos cresceu. Foram registrados ainda problemas em locais de prova ao longo dos anos: muitas vezes os computadores não funcionaram corretamente e estudantes tiveram de terminar o exame no formato impresso.

Pesquisas sobre avaliações feitas pelo computador mostram que há vantagens nesse formato quando é possível incluir componentes digitais, como vídeos e áudios, por exemplo. Nas versões digitais também é possível personalizar o exame de cada candidato conforme suas respostas; por exemplo, se ele acerta determinadas questões, ele progride ou não para outras consideradas mais difíceis. Mas nada disso ocorreu no Enem digital.

"O exame era exatamente o mesmo, não havia nenhuma vantagem para o estudante e cada vez menos gente se interessava por ele", afirma Palácios. Exames como o Pisa, realizado no mundo todo com estudantes de 15 anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e o SAT, que seleciona para universidades americanas, têm versões online. O SAT oferece a opção para candidatos que estão fora dos Estados Unidos. Palácios afirma que pretende justamente usar a experiência adquirida com o Enem digital para avaliações feitas fora do Brasil pelo Inep, como o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), que certifica a proficiência em português como língua estrangeira.

O Enem deste ano vai custar R\$ 329 milhões e será realizado pelo Cebraspe, que venceu o pregão realizado no início do ano. O resultado foi divulgado nesta semana. Para o Enem 2024, Palácios afirma que o Inep está no processo de reunir especialistas para elaborar a matriz da prova, que deve se adaptar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao novo ensino médio.

Palácios disse no mês passado que o órgão vai trabalhar para ter uma prova que avalie não só o conteúdo comum, mas as áreas específicas que agora fazem parte do ensino médio.

MEIO AMBIENTE

Segmento de sustentabilidade da Lojas Renner completa dez anos

A empresa foi pioneira ao inaugurar, de forma inédita no varejo brasileiro, uma loja com a aplicação do conceito de circularidade, focado na ecoeficiência e na redução dos impactos ambientais

A Lojas Renner S.A., maior varejista de moda omni do Brasil, comemora, em 2023, os 10 anos de criação de sua área de sustentabilidade, marco fundamental em sua estratégia de atuar como agente de transformação do setor a partir da geração de impactos cada vez mais positivos na sociedade e em todo o seu ecossistema de negócios. Neste período, a estrutura foi responsável pela implantação de projetos e processos inovadores alinhados às melhores práticas ESG, que levaram ao estabelecimento de dois ciclos de compromissos públicos de sustentabilidade - o primeiro, de 2018 a 2021, e o segundo, de 2022 a 2030.

Há dez anos, a sustentabilidade também passou a fazer parte dos valores corporativos da Lojas Renner S.A. Inspirada no exemplo de iniciativas anteriores da companhia, como o estabelecimento de um comitê específico sobre o assunto junto ao Conselho de Administração e a fundação do Instituto Lojas Renner, ambas de 2008, a decisão consolidou o tema como pilar estratégico de crescimento da varejista para o futuro.

"A criação da nossa área de sustentabilidade, em 2013, quando ainda pouco se falava no assunto no setor, impulsionou a evolução da Lojas Renner de maneira sólida e consistente, sempre em parceria com diferentes elos da cadeia produtiva, buscando



A varejista quer que 100% das roupas de suas marcas próprias sejam mais sustentáveis e se compromete a incorporar os princípios da circularidade

o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços mais sustentáveis. Essa trajetória criou oportunidades contínuas de geração de valor para a companhia e para toda a sociedade", comenta a diretora de Gente e Sustentabilidade, Regina Durante.

Entre os resultados alcançados até agora está a compensação, desde 2016, de 100% dos gases de efeito estufa (GEE) emitidos pelas operações da companhia, por meio do investimento na restauração de 186 mil de hectares de florestas.

Em 2018, a Renner lançou o selo Re - Moda Responsável, que identifica para os clientes os produtos feitos com atributos de sustentabilidade,

como o uso de matérias-primas menos impactantes (a exemplo do fio reciclado) e a adoção de processos como o menor consumo de água. Além disso, com o programa de logística reversa EcoEstilo, criado em 2011, a varejista coleta e dá destinação correta a mais de 50 toneladas de frascos de perfumaria e roupas em desuso por ano.

Mais recentemente, em 2021, a Renner foi novamente pioneira ao inaugurar, de forma inédita no varejo brasileiro, uma loja com a aplicação do conceito de circularidade. Focado na ecoeficiência e na máxima redução dos impactos ambientais - tanto da construção e operação dos pontos de venda -, o modelo

inclui a reutilização e o descarte adequado de materiais no fim da vida útil e a menor geração de resíduos, de emissões de gases de efeito estufa e do consumo de água e energia, assim como a manutenção de espaços verdes com plantas e elementos naturais. A marca já conta com quatro lojas deste tipo, e os atributos deste novo conceito serão aplicados a todas as suas novas unidades a partir de agora.

Em 2021, a companhia concluiu o seu primeiro ciclo de compromissos públicos em sustentabilidade e superou as metas fixadas em 2018. Entre elas destacam-se o patamar alcançado de 81,3% dos produtos da marca Renner com menor impacto; a certificação

socioambiental de toda a sua cadeia global de fornecimento de artigos têxteis; a redução de 35,4% nas emissões corporativas absolutas de dióxido de carbono (CO2) frente ao inventário de 2017; e o suprimento de 100% do consumo corporativo de energia a partir de fontes renováveis de baixo impacto - solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas.

Para 2030, os objetivos do novo ciclo de compromissos, apresentados em 2022, desdobram-se em três pilares: soluções climáticas, circulares e regenerativas; conexões que amplificam; relações humanas e diversas. No primeiro caso, o objetivo é fazer a transição para a descarbonização dos negócios da Lojas Ren-

ner S.A. com métricas baseadas na ciência, para criar as condições de levá-la à neutralidade climática (net zero) em 2050. Além disso, a varejista quer que 100% das roupas de suas marcas próprias sejam mais sustentáveis e se compromete a incorporar os princípios da circularidade no desenvolvimento de todos os seus produtos, matérias-primas e serviços.

Em relação à conexão com a rede de parceiros, a Lojas Renner S.A. pretende que os fornecedores de todas as suas marcas contem com certificação socioambiental e prevê a implantação de sistemas de rastreabilidade em 100% dos produtos de algodão. Alinhadas a esta meta, em 2022 e 2023 já foram lançadas as primeiras coleções de jeans femininos rastreados com tecnologia blockchain, em parceria com a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

O novo ciclo de compromissos prevê ainda o avanço dos indicadores internos de diversidade para garantir oportunidades de pleno desenvolvimento pessoal e profissional a todos os colaboradores. Para isto, foi estabelecido que até 2030 pelo menos 50% dos cargos de liderança deverão ser ocupados por pessoas negras, 18 pontos percentuais a mais do que a participação atual, e que no mínimo 55% da alta liderança deverá ser formada por mulheres, ou seis pontos percentuais a mais do que o cenário observado atualmente.

REFERÊNCIA

Maioria dos pedidos de patente no Rio têm mulheres entre os inventores

Pesquisa realizada pelo Inova UFRJ, núcleo de inovação tecnológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apurou que, entre os anos de 2017 e 2021, 87% dos pedidos de patentes formulados pela instituição têm ao menos uma mulher listada entre os inventores. A UFRJ concentra também a maior proporção de mulheres inventoras em patentes, 46%, nos cinco anos pesquisados. A diretora do Inova UFRJ, Kelyane Silva, disse que esse é o primeiro estudo realizado por uma universidade brasileira com o objetivo de mapear a situação das mulheres em relação às patentes. "Considerando que, no período de cinco anos, as inventoras têm uma parte de 87% das patentes, só por isso já é um ganho gigante", celebrou a diretora.

Segundo a diretora, isso significa que a participação feminina em patentes na UFRJ é referência no Brasil. Sabe-se, por outro lado, que, em termos nacionais, a participação feminina em patentes para invenção tecnológica com aplicação comercial ainda permanece bem menos expressiva que a masculina.

Estudo publicado em agosto de 2020 na revista *Scientometrics* e divulgado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), analisando 11 países latino-americanos, indicou que, na região,

a média das patentes protegidas que contam com a participação de mulheres como inventoras é de 22%. No Brasil, é ainda mais baixa, atingindo 18,4%. O país com percentual mais elevado de mulheres nas patentes é Cuba (84%).

Kelyane destacou que o resultado não é muito diferente do de outros países ibero latino-americanos. "Mesmo olhando para Espanha e para Portugal, ainda não é um número tão significativo de diferença. Mas conseguem ter números melhores que a média da América Latina". Os dados inéditos da UFRJ foram comparados com dados publicados por Kelyane Silva em artigo no *Journal of Data and Information Science (JDIS)*, no qual analisava o gênero em patentes de países ibero latino-americanos.

A comparação revelou que, na Espanha, o número de mulheres inventoras em patentes no período 2007/2016 foi de 28%; e, em Portugal, de 27%, contra 23% no Brasil. A diretora do Inova UFRJ explicou que Espanha e Portugal têm políticas de longa data incentivando a participação feminina na área de tecnologia e inovação. "Os índices deles são melhores."

Outro levantamento, do Instituto de Propriedade Intelectual do Reino Unido (IPO), de 2019, mostrou que as inventoras eram responsáveis por menos de 13%



A participação feminina em patentes na UFRJ, que chegou a 46%, é referência em todo o Brasil

dos pedidos de patente feitos no mundo. Uma das hipóteses apresentadas pelo estudo é a de que as inventoras não estariam tão familiarizadas como os homens com os trâmites burocráticos do processo, já que a entrada do gênero no setor é mais recente.

A diretora do Inova UFRJ comentou que, na instituição, o desafio é continuar incentivando toda a comunidade cien-

tífica feminina a se envolver em atividades de inovação e que esta seja uma política institucional na universidade.

Na pesquisa da UFRJ, a maioria dos pedidos de patentes formulados (87%) tem mulheres participando como inventoras. No período de 2017 a 2021, foram pedidas 148 patentes por 816 inventores, dos quais 443 eram homens e 373, mulheres. Mas, das 148 patentes deposita-

das pela UFRJ nos últimos cinco anos, somente 19 foram pedidas exclusivamente por homens. "Isso para a gente é muito positivo. É um dado muito eloquente para a gente porque, quando se compara a média brasileira e da América Latina, não é o que acontece na UFRJ. É muito bom e é a primeira vez que isso está sendo diagnosticado", destacou.

Kelyane Silva informou que, a partir de agora, a ideia é ampliar

o escopo da pesquisa para analisar a última década, para ver o comportamento das mulheres nas patentes na série histórica, ao longo dos anos. Os dados relativos a 2022 não puderam ser incluídos no primeiro levantamento porque não havia informações detalhadas disponíveis. Dentro da área tecnológica, ela quer mapear também quais são as áreas que mais têm mulheres participando do que homens. Embora a presença das mulheres na ciência seja cada vez mais marcante, Kelyane acredita que há muito a se fazer para garantir uma representação mais justa e igualitária.

A diretora defendeu que, para melhorar a presença das mulheres na ciência, é importante incentivar a participação delas em todo o processo, desde cedo, proporcionando oportunidades iguais e promovendo uma cultura inclusiva em escolas e universidades. Ela também destaca que é importante que haja políticas que apoiem as mulheres cientistas em todos os níveis, incluindo o financiamento de pesquisas, oportunidades de mentoria e redes de apoio.

A professora Tatiana Sampaio, chefe do Laboratório de Biologia da Matriz Extracelular do Instituto de Ciências Biológicas da UFRJ, foi destaque no meio científico pela descoberta da polilaminina (molécula proteica com capacidade de multiplicar as células do sistema nervoso). Iniciada em 1998, a pesquisa inovadora vem desenvolvendo uma droga capaz de reverter ou minimizar lesões na medula e recuperar movimentos do corpo em acidentados.

continuação

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

em face do Município do Rio de Janeiro e da Companhia, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão nº 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da Companhia à reparação de suposto danos ao Erário. Em 30 de novembro de 2020, a Companhia foi citada, tendo apresentado a sua contestação em 1º de fevereiro de 2021. Em 30 de março de 2021, a Companhia se manifestou no sentido de não possuir provas a produzir. Em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Em 24 de março de 2022, a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso de apelação e atualmente aguarda-se julgamento. **iii. Reajustes tarifários de 2020, 2021 e 2022:** Em relação ao reajuste tarifário aplicável ao ano de 2020, em 14 de janeiro de 2020, foi distribuída ação judicial (autos nº 0008676-31.2020.8.19.0001). A tutela antecipada foi concedida em 1ª instância, em 9 de dezembro de 2020. Em face dessa decisão, o Município interpôs agravo de instrumento em 17 de dezembro de 2020 (agravo nº 0089528-45.2020.8.19.0000), o qual foi desprovido. Aguarda-se o despacho saneador. Em relação ao reajuste tarifário aplicável ao ano de 2021, em 10 de fevereiro de 2021, foi distribuída ação judicial (autos nº 0029312-81.2021.8.19.0001). A tutela antecipada não foi concedida em 1ª instância. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs agravo de instrumento em 5 de abril de 2021 (agravo nº 0021462-76.2010.8.19.0000). Em 26 de outubro de 2022, foi negado provimento ao recurso. Em 18 de novembro de 2022, a Companhia opôs embargos de declaração, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao reajuste tarifário aplicável ao ano de 2022, em 15 de março de 2022, foi distribuída ação judicial (autos nº 0059071-56.2022.8.19.0001). A tutela antecipada não foi concedida em 1ª instância. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs agravo de instrumento em 13 de abril de 2022 (agravo nº 0025997-14.2022.8.19.0000). Aguarda-se a apreciação da tutela recursal requerida pela Companhia. Diante do cenário, a Companhia não aplicou o reajuste tarifário correspondente aos anos 2021 e 2022, e permanece aplicando, com base em tutela antecipada, a tarifa reajustada em 2020, sem atualização posterior. Os acionistas e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 8 de março de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3n - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 7 Provisão para perda esperada
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 13 Provisão de manutenção
- 17 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **b) Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para o reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de desempenho; e (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Essas receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros:** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **f) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despe-

sas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **g) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "n". Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade do PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **j) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **k) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **l) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outros. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **o) Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022: • **Contratos onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foi considerado tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. **p) Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC23; • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* - alterações ao CPC 36 e CPC 18; e • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26). **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. **Operações de swap de juros:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionais dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes

continua

continuação

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo a debêntures, aplicações financeiras e mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 9, 12 e 17. As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco financeiro e líquido:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	151.794	155.106	161.073	163.419	122.349
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	953.225
Fornecedores e outras contas a pagar	2.917	204	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	11.623	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 44.760, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro da acionista CCR S.A. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Caixa e bancos	1.853	1.514
Aplicações financeiras	-	-
Fundos de investimentos	71.140	32.914
Total - Caixa e equivalentes de caixa	72.993	34.428
Aplicações financeiras		

Circulante

	2022	2021
Aplicações financeiras	-	-
Conta reserva (a)	-	37.385
Total - Aplicações financeiras	-	37.385

(a) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionada a debêntures (nota explicativa nº 12). As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,14% do CDI, equivalente a 12,70% a.a. (99,73% do CDI), equivalente a 4,38% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber:

	2022	2021
Circulante		
Receitas de pedágio (b)	9.084	7.531
Receitas acessórias (a)	18	329
	9.102	7.860
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	-	(16)
	9.102	7.844

Idade de vencimentos dos títulos

	2022	2021
Créditos a vencer	9.102	7.844
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	16
	9.102	7.860

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e (c) Reflete a perda esperada referente aos créditos a receber; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão. **8. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(36.818)	5.239
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	12.518	(1.781)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	-	-
Despesas indedutíveis	(54)	(254)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	53	66
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT, operações de caráter cultural e artístico e incentivo ao esporte)	-	94
Outros ajustes tributários	-	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	12.517	(1.851)
Impostos correntes	-	(2.091)
Impostos diferidos	12.517	239
	12.517	(1.852)
Alíquota efetiva de impostos	34,00%	35,35%

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Saldo em 2022			
	2021	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	128.128	8.937	137.065	137.065
Provisão para participação nos resultados (PLR)	522	(169)	353	353
Provisão para perda esperada - contas a receber	5	(5)	-	-
Provisão de manutenção	4.387	1.467	5.854	5.854
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	69	120	189	189
Capitalização de juros	(46.980)	1.383	(45.597)	(45.597)
Custo de transação de empréstimos	(3.487)	784	(2.703)	(2.703)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	82.644	12.517	95.161	143.461
Compensação de imposto	-	-	-	(48.300)
Imposto diferido líquido ativo	82.644	12.517	95.161	95.161

	Saldo em 2021			
	2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	129.075	(947)	128.128	128.128
Provisão para participação nos resultados (PLR)	292	230	522	522
Provisão para perda esperada - contas a receber	48	(43)	5	5
Provisão de manutenção	3.150	1.237	4.387	4.387
Diferenças temporárias - lei nº 12.973/2014 (b)	(50.309)	50.309	-	-
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	-	69	69	69
Outros	149	(149)	-	-
Capitalização de juros	-	(46.980)	(46.980)	(46.980)
Custo de transação de empréstimos	-	(3.487)	(3.487)	(3.487)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	82.405	239	82.644	133.111
Compensação de imposto	-	-	-	(50.467)
Imposto diferido líquido ativo	82.405	239	82.644	82.644

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2022
2024	4.239
2025	6.577
2026	8.494
2027	13.315
de 2028 em diante	104.440
	137.065

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital; e (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados. **9. Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos				
	2022		2021		
	Controladora em conjunto	Outras relacionadas	Controladora em conjunto	Outras relacionadas	Total
Ativo					
Aplicações financeiras	-	7	7	-	-
Bancos conta movimento	-	8	8	-	-
Contas a receber	1	871	872	84	84
Passivo					
Fornecedor e contas a pagar	8.046	3.577	11.623	176	357
Mútuo	286.176	-	286.176	251.389	-251.389
Outros débitos	-	33	33	-	-

	Transações				
	2022		2021		
	Controladora em conjunto	Outras relacionadas	Controladora em conjunto	Outras relacionadas	Total
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	8.040	-	8.040	17.480	17.480
Despesas financeiras - mútuo	37.879	-	37.879	-	-
Repasse de custo e despesas - CCR GBS	203	-	203	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	4	3.562	3.566	-	-
Despesa de prestação de serviços - CCR GBS	624	-	624	-	-
Recarga de mútua cooperação	-	9	9	-	-
Serviços prestados - consultoria financeira	-	6	6	-	-
Despesa de prestação de serviços CCR GBS	-	-	-	1.893	2.158
Despesas com profissionais-chave da Administração					
			2022	2021	

	2022	2021
Remuneração (a):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	858
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	-	-
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	344	626
Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	-	(23)
Previdência privada	43	49
Seguro de vida	2	3
	1.247	1.727

Saldo a pagar aos profissionais-chave da Administração

	2022	2021
Remuneração dos administradores (a)	360	649
a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2022, foi aprovada a remuneração anual e global para a Diretoria da Companhia no montante de R\$ 2.000.		

10. Ativo imobilizado:

	Taxa média anual de depreciação %	2021		2022		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfere- rências (a)	
Valor de custo						
Móveis e utensílios	-	1.090	-	(13)	11	1.088
Máquinas e equipamentos	-	29.666	-	(21)	2.647	32.292
Veículos	-	5.686	-	-	6	5.692
Instalações e edificações	-	436	-	-	-	436
Equipamentos operacionais	-	10.642	-	(12)	5.072	15.702
Imobilizações em andamento	-	6.090	1.344	-	(6.587)	847
Total do custo		53.610	1.344	(46)	1.149	56.057
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	-	10	(588)	(104)	7	(685)
Máquinas e equipamentos	-	10	(14.423)	(2.948)	12	(17.359)
Veículos	-	20	(4.747)	(463)	-	(5.210)
(b) (436)	-	-	-	-	-	(436)
Instalações e edificações	-	11	(4.983)	(1.559)	6	(171)
Equipamentos operacionais	-	-	-	-	-	(6.707)
Total da depreciação		(25.177)	(5.074)	25	(171)	(30.397)
Total geral		28.433	(3.730)	(21)	978	25.660

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Transfere- rências (a)	Outros (c)	

Valor de custo						
Móveis e utensílios	-	723	-	-	367	1.090
Máquinas e equipamentos	-	28.371	-	1.295	-	29.666
Veículos	-	5.686	-	-	-	5.686
Instalações e edificações	-	436	-	-	-	436
Equipamentos operacionais	-	9.943	-	699	-	10.642
Imobilizações em andamento	-	5.122	2.949	(1.981)	-	6.090
Total do custo		50.281	2.949	13	367	53.610
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	-	10	(479)	(109)	-	(588)
Máquinas e equipamentos	-	10	(11.500)	(2.923)	-	(14.423)
Veículos	-	20	(4.260)	(487)	-	(4.747)
(b) (436)	-	-	-	-	-	(436)
Instalações e edificações	-	11	(3.924)	(1.059)	-	(4.983)
Equipamentos operacionais	-	-	-	-	-	(6.707)
Total da depreciação		(20.599)	(4.578)	25	-	(25.177)
Total geral		29.682	(1.629)	13	367	28.433

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; (b) Bens totalmente depreciados; e (c) Reversão da provisão para baixa de inventário do ativo imobilizado. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures e mútuos no montante de R\$ 469 em 2022 (R\$ 527 em 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 9,17% a.a. e 7,26% a.a., respectivamente (custo de debêntures e mútuos dividido pelo saldo médio de debêntures e mútuos). **11. Intangível e infraestrutura em construção:**

	Taxa média anual de amortização %	2021		2022		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Transfere- rências (a)	Outros (c)	
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	-	909.022	-	8.796	-	917.818
Direitos de uso de sistemas informatizados	-	3.038	-	182	-	3.220
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	-	45	205	(114)	-	136
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	-	2.014	-	-	-	2.014
Total do custo		914.119	205	8.864	-	923.188
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	-	(b) (127.246)	(27.175)	171	-	(154.250)
Direitos de uso de sistemas informatizados	-	19	(2.760)	(132)	-	(2.892)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	-	20	(974)	(403)	-	(1.377)
Total da amortização		(130.980)	(27.710)	171	-	(158.519)
Total do intangível		783.139	(27.505)	9.035	-	764.669
Infraestrutura em construção		8.695	1.697	(10.013)	-	379

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Transfere- rências (a)	Outros (c)	

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; (b) Amortização pela curva de benefício econômico; e (c) Em 2021 o valor de R\$ 99 relativo ao intangível refere-se: (i) R\$ 65 a recebimento de sinistros; e (ii) R\$ 34 a caução. Do valor de R\$ 1.489 relativo a infraestrutura em construção refere-se: (i) R\$ 3 a cauições; e (ii) R\$ 1.486 a sinistros. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures e mútuos no montante de R\$ 755 em 2022 (R\$ 650 em 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 9,17% a.a. e 7,26% a.a., respectivamente (custo de debêntures e mútuos dividido pelo saldo médio de debêntures e mútuos). **12. Debêntures:**

Série	Taxas contratuais	Custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final
-------	-------------------	-----------------------------	--------------------------------	--------------------------------------	------------------

continuação		Concessionária ViaRio S.A.			
		CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30			
não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.		Consolidado - Efeito em R\$ no resultado			
		Nível		2022	
		2021			
Ativos				Exposição em R\$ (19) (4)	2022
Valor justo através do resultado				2021	
Caixa e bancos	Nível 2	1.853	1.514		
Aplicações financeiras	Nível 2	71.140	32.914		
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	-	37.385		
		72.993	71.813		
Custo amortizado					
Contas a receber		9.102	7.844		
Contas a receber - partes relacionadas		872	84		
		9.974	7.928		
Passivos					
Custo amortizado					
Debêntures (a)		(534.366)	(574.103)		
Fornecedores e outras contas a pagar		(3.121)	(3.305)		
Mútuos - partes relacionadas		(283.801)	(251.389)		
Contas a pagar - partes relacionadas		(11.623)	(533)		
		(832.911)	(829.330)		
		(749.944)	(749.589)		
(a) Valores líquidos dos custos de transação.					
• Debêntures mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:					
		2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)		539.940	572.047	581.770	626.170
(a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre os contratos de debêntures, mútuos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.					
		Consolidado - Efeito em R\$ no resultado			
		Exposição em R\$ (19) (4)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI (2)		539.940	(89.930)	(108.538)	(127.138)
Efeito sobre debêntures			(89.930)	(108.538)	(127.138)
CDI (2)		304.584	(33.438)	(40.896)	(48.386)
Efeito sobre os mútuos			(33.438)	(40.896)	(48.386)
CDI (2)		71.140	6.842	8.522	10.191
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Eduardo Siqueira Moraes Camargo		Presidente do Conselho			
Roberto Penna Chaves Neto		Conselheiro			
Marcus Vinicius Figur da Rosa		Conselheiro			
CONTADORA					
Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0 S/RJ					
PARECER DO CONSELHO FISCAL					
Os membros do Conselho Fiscal da Concessionária ViaRio S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras"), bem como revisaram a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à revisão do orçamento de capital e à proposta de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. Rio de Janeiro/RJ, 08 de março de 2023.					
		<i>Carl Douglas de Gennaro Oliveira</i>		<i>Erika Natsumi Matsumoto</i>	
				<i>Luciano Moreira Santos</i>	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras					
Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária ViaRio S.A. Rio de Janeiro - RJ					
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão: Veja as notas explicativas 3(h) e 11 das demonstrações financeiras: Principais assuntos de auditoria: A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros. A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso das UGCs, é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura tidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de descontos. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável das UGCs que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável das UGCs. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Veja as notas explicativas 3(m) e 8 das demonstrações financeiras: Principais assuntos de auditoria: A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos					
aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. - Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 08 de março de 2023					
		COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA			
		João Daniel Marques da Silva		Diretor-Presidente	
		Flávio da Costa Vaz		Diretor Administrativo Financeiro	
KPMG Auditores Independentes Ltda.					
CRC 2SP-014428/O-6					
Alyster Suusmann Pere Contador CRC 1SP230426/O-9					

AMEAÇAS

Mais de 36 mil mulheres foram vítimas de violência psicológica no estado do RJ

As autoridades policiais fluminenses registraram 36,8 mil casos de violência psicológica contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, em 2021. O dado está no Dossiê Mulher 2022, que traz dados de violência contra a mulher no ano anterior e que foi divulgado na quarta-feira (8) pelo Instituto de Segurança Pública, órgão do governo fluminense responsável pela produção de estatísticas criminais.

O número referente a 2021 representa um aumento de 18,15% em relação a 2020 (31,1 mil casos). Essa é a primeira vez que esse grupo de crimes supera as violências físicas,

desde 2014. Os crimes de violência psicológica incluem, por exemplo, as ameaças, constrangimentos ilegais, registros não autorizados da intimidade sexual. Duas novas tipologias criminais também foram incluídas no Código Penal em 2021 e começaram a ser registradas pelo Dossiê da Mulher: os crimes de perseguição e de violência psicológica propriamente dito.

O crime de violência psicológica propriamente dito, por exemplo, consiste em causar dano emocional à mulher que a prejudique. Foram registrados 666 casos no estado em 2021.

“É muito comum, quando a gente lê os registros, a gente vê exemplos do homem que o dia inteiro diz que a mulher não serve mais para nada, que, se ele largar ela, ninguém mais vai querer. Isso vai minando o amor próprio da mulher e faz com que ela se torne mais envolvida no ciclo da violência”, afirmou a presidente do ISP, Marcela Ortiz.

Já o crime de perseguição afetou 604 mulheres. Também conhecido pela palavra da língua inglesa stalking, consiste em perseguir alguém de forma incessante e pode causar ameaças às integridades física e psicológica das vítimas, além de

invadir sua privacidade e liberdade. As mulheres representaram 96% das vítimas desse tipo de crime no Rio de Janeiro em 2021.

Segundo o Dossiê Mulher, 87,1% dos perseguidores eram companheiros ou ex-companheiros. Cerca de 59% dos casos ocorreram na residência das vítimas.

“É uma forma de violência na qual o sujeito invade repetidamente a esfera da vida privada da vítima, de forma a restringir sua liberdade ou atacar sua privacidade ou reputação. O resultado é um dano temporário ou permanente na vítima. Se engana quem acha

que esse tipo de lesão é menos grave que as lesões físicas, porque muito possivelmente vão acompanhar as mulheres para o resto de suas vidas”, destacou a presidente do ISP, Marcela Ortiz.

O Dossiê Mulher reporta ainda que 109,2 mil mulheres foram vítimas de violência em 2021, das quais quase 35 mil sofreram violência física (assassinatos e lesões corporais).

Entre os casos de violência múltipla, 36% envolviam violência moral (crimes de injúria, calúnia e difamação) e psicológica, 22,8% violência física e psicológica e 13,8% física e moral.

Também houve o regis-

tro de 85 casos de feminicídio, cometidos em grande parte por pessoas conhecidas. Segundo o dossiê, 80% dos assassinatos foram cometidos por companheiros ou ex-companheiros das vítimas.

Além disso, foram registrados 6.255 casos de violência sexual (estupro, tentativa de estupro, assédio sexual, importunação sexual etc.) contra mulheres, um aumento de 10,8% em relação a 2020. Nos 4.429 casos de estupro, mais de dois terços das vítimas em 2021 tinham menos de 18 anos. As crianças de até 11 anos somaram 43,3% dos casos.

INFRAESTRUTURA

Nova estrada em Duque de Caxias vai desafogar trânsito de Xerém

A nova via está sendo construída ligando a Estrada Rio D'Ouro (RJ-085) à Rua Dr. Sabino Árias. Atualmente estas duas vias movimentadas se encontram na praça da Mantiqueira. Trânsito da BR-040 será escoado

A Prefeitura de Duque de Caxias, através da Secretaria Municipal de Obras e Defesa Civil, colocou em andamento uma obra que vai ajudar a solucionar um problema crônico na região de Xerém, no quarto distrito: o trânsito constante

que vai do acesso da Rodovia Washington Luiz (BR-040) até a Praça da Mantiqueira.

A nova via está sendo construída ligando a Estrada Rio D'Ouro (RJ-085) à Rua Dr. Sabino Árias. Atualmente estas duas vias movimentadas se encontram na praça supracitada.

A nova via passará pelo interior do bairro, conectando a RJ-085 a Dr. Sabino Árias sem passar pela Praça, desafogando a Mantiqueira e facilitando, assim, a circulação dos moradores locais.

As obras beneficiarão os residentes nas proximidades da Estrada Rio D'Ouro, que chegarão mais rápido a BR-040, e aos que moram no entorno da trajetória da nova estrada. As ruas que irão se ligar

a ela terão a instalação ou melhoria da rede de saneamento básico, pavimentação, calçamento e iluminação.

Limpeza

A Secretaria de Obras e Defesa Civil de Duque de Caxias continua se esforçando, através de serviços de manutenção, para garantir ruas limpas e seguras para

todos. Equipes preparadas atuam na eliminação de pontos irregulares de descarte de lixo, limpeza de feiras livres para liberação das vias públicas, roçagem e outras desobstruções.

Os serviços de limpeza e melhorias estão sendo realizados para oferecer mais qualidade de vida à população. Para evitar o descarte

irregular de detritos e entulho em terrenos baldios, às margens dos rios ou em canais do município, foi implantado, em 2017, o serviço Disque Limpeza. A SLU mantém, à disposição dos moradores, os telefones 2674-9090 e 2674-9017 para denúncias e solicitações de coleta. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

NSN - NOVA SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO S.A.

CNPJ 47.586.663/0001-01

Relatório de Administração: Rio de Janeiro, 02/03/2023. Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Nova Sociedade de Navegação S.A. ("Companhia") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período que compreende 28 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022. Ressaltamos que nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. **1. Contexto Operacional e Estratégico:** A NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. foi constituída em 28 de junho de 2022 e obteve seu arquivamento na JUCECERJA em 16/08/2022, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tendo como sócios MLog S.A. ("MLog") com 99,9% de seu capital e 0,1% detido pela Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba S.A. (CDNC), esta também controlada da MLog S.A. A Companhia foi constituída com o objetivo de desenvolver oportunidades de negócios na indústria brasileira de óleo e gás, combustíveis líquidos e logística, podendo atuar, inclusive, como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog. Em função (1) do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar recentemente aprovado, (2) da mudança gradual da distribuição societária do parque de refino brasileiro em função do compromisso assumido pela Petrobras de desinvestimento das refinarias fora do eixo Rio - São Paulo e (3) do crescimento da participação do pré-sal na matriz brasileira de exploração e produção de óleo e gás, a MLog está organizando seus planos para participar de forma relevante em todas essas oportunidades. **2. Orçamento 2023 e Estrutura Organizacional:** A diretoria iniciou em setembro de 2022 as discussões orçamentárias para a Companhia para 2023 e 2024. Até o fechamento do exercício social de 2022 o orçamento não havia sido levado para apreciação do Conselho de Administração da Companhia, o que deve acontecer ainda no primeiro trimestre de 2023. Os membros da Administração são atualmente o único time da Companhia e possuem dedicação parcial. Os primeiros contatos comerciais estão sendo realizados de forma ampla e inicialmente com o objetivo de apresentar o grupo, a Companhia recém-criada e seus objetivos estratégicos. A medida que os contatos comerciais sejam convertidos em estudos de oportunidade e maturam, a Companhia deverá dispor da flexibilidade prevista no orçamento para montar times de implantação e operação para algumas categorias de negócios, como exemplos não exaustivo: transporte e logística,

prestação de serviços offshore, dentre outras oportunidades possíveis. Importante mencionar que dependendo da característica dos investimentos necessários, mais intensivos em capital (Capex) ou em operação (Opex), e do timing a Companhia pode considerar operações para levantamento de capital (dívida ou equity) para além de eventual aporte em alguma forma da Controladora do Grupo e/ou acionistas atuais. Tais decisões serão discutidas no momento oportuno em reuniões do Conselho de Administração da Companhia e comunicadas tempestivamente e de acordo com a regulação vigente. **3. ESG:** A Companhia será parte do processo a ser iniciado em 2023 e desenvolvido ao longo do ano pela Controladora para implantação da agenda ESG em todas as empresas do grupo. **4. Resultados:** Como exposto acima, a Companhia fora recém-constituída e encontra-se em fase pré-operacional, não gerando receitas operacionais até o momento. **5. Eventos Subsequentes:** Em 16 de janeiro de 2023, a Companhia obteve o deferimento do pedido de registro de emissor de valores mobiliários categoria "B" perante a CVM ("Pedido de Registro"), nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80"), conforme alterada. Com a aprovação do Pedido de Registro pela CVM, a Companhia está autorizada a negociar determinados valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários no Brasil conforme Art. 3º § 2º da Resolução CVM 80, além de estar sujeita ao cumprimento das obrigações de emissores categoria "B" previstas na Resolução CVM 80 e demais regulamentações aplicáveis. O deferimento do Pedido de Registro foi divulgado pela Companhia através de fato relevante em 17 de janeiro de 2023. **6. Auditoria Independente:** Em conformidade com a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia do 4º trimestre de 2022 e, além disso, ressaltamos que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa. **7. Atos e Fatos Administrativos:** A Companhia não realizou nenhum negócio que não estivesse dentro de seu propósito específico, não havendo também, quaisquer atos ou fatos administrativos, que possa ser levado em consideração. Rio de Janeiro, 02 de março de 2023. A Administração da NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (Em reais)	
	Nota 31/12/2022
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	4 1.000
Total do ativo	1.000
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	2.364
Impostos a recolher	2.772
Adiantamento para futuro aumento de capital	6 56.081
Total do passivo circulante	61.217
Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	
Capital social	7 1.000
Prejuízos acumulados	(61.217)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(60.217)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma). **1 Contexto operacional:** A NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. ("Companhia" ou "NSN") foi constituída em 28 de junho de 2022 com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tendo como sócios a MLog S.A. ("MLog") com 99,9% de seu capital e 0,1% detido pela Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba S.A. (CDNC), esta também controlada da MLog S.A. A administração da Companhia utiliza-se da estrutura administrativa do Grupo MLog para a realização de suas atividades e conta com o apoio jurídico e de sistemas do grupo. A Companhia foi constituída com o objetivo de desenvolver oportunidades de negócios na indústria brasileira de óleo e gás, combustíveis líquidos e logística, podendo atuar, inclusive, como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog. A obtenção do registro na CVM permitirá à Companhia evoluir na avaliação de alternativas de financiamento para suportar o desenvolvimento dessas oportunidades de negócios. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia ainda não tinha iniciado a geração operacional de caixa. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A Administração da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras em 2 de março de 2023. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** A seguir, apresentamos as principais práticas contábeis

Demonstração do resultado		Demonstração dos fluxos de caixa	
Período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022 (Em reais)		Período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022 (Em reais)	
Despesas operacionais		Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Gerais e administrativas		Prejuízo do período	(61.217)
Serviços de terceiros	(53.712)	Variáveis nos ativos e passivos	
Tributos	(7.505)	Fornecedores	2.364
Prejuízo do período	(61.217)	Impostos a recolher	2.772
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(56.081)
Demonstração do resultado abrangente		Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022 (Em reais)	2022	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Prejuízo do período	(61.217)	Integralização de capital	1.000
Resultado abrangente do período	(61.217)	Adiantamento para futuro aumento de capital	56.081
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	57.081
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	1.000
Período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022 (Em reais)	2022	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	—
Capital Social		Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.000
Subscrito	Integrado	Prejuízos acumulados	(61.217)
	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(60.217)
		Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.000
Constituição da Companhia em 28/06/2022	1.000		
Integralização de capital em 04/08/2022	(1.000)	1.000	—
Prejuízo do período	—	—	(61.217)
Em 31/12/2022	—	1.000	(61.217)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			(60.217)

utilizadas pela Companhia na elaboração destas demonstrações financeiras: **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2. Ativos financeiros - Classificação e mensuração:** A classificação dos ativos financeiros da Companhia depende da finalidade para a qual são adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e perdas dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado financeiro, no período em que ocorrerem. Os ativos financeiros são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **4. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de equivalentes de caixa, refere-se a recursos disponíveis mantidos em caixa. **5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a

Demonstração do valor adicionado	
Período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022 (Em reais)	
	2022
Receitas operacionais	
Insuamos adquiridos de terceiros	
Serviços de terceiros	(53.712)
Valor adicionado a distribuir	(53.712)
Distribuição do valor adicionado	
Impostos, taxas e contribuições Federais	(7.505)
Prejuízo do período	61.217
Valor adicionado distribuído	53.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. **6. Adiantamentos para futuros aumentos de capital:** Os adiantamentos para futuros aumentos de capital são oriundos da Controladora para gastos administrativos. A capitalização ocorrerá em período não superior a um ano e não incidirão juros ou correções monetárias. **7. Capital Social:** Em Assembleia Geral de Constituição (AGC), realizada em 28/06/2022, foi aprovado o capital social inicial de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) representado por 1.000 (mil) ações ordinárias normativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital foi totalmente integralizado em dinheiro em 04/08/2022. **8. Evento Subsequente:** Em 16 de janeiro de 2023 a Companhia obteve o seu registro de Companhia de Capital Aberto "tipo B" na CVM, resultado da solicitação feita em 18 de outubro de 2022.

Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda - Diretor Presidente; **Antônio Frias Oliva Neto** - Diretor Financeiro; **Yury Gazen Dimas** - Diretor de Controladoria / Contador - CRC RJ 131582/O-3.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Administradores e Acionistas NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Contexto operacional:** Conforme descrito na Nota 1, a Companhia foi constituída em 28 de junho de 2022 e iniciou suas atividades por meio da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de constituição com o propósito de desenvolver oportunidades de negócios na indústria brasileira de óleo e gás, combustíveis líquidos e logística, podendo atuar, inclusive, como plataforma das atividades de navegação do Grupo MLog. Apesar de ainda não apresentar movimentações financeiras oriundas de suas atividades operacionais no período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022, a Companhia é requerida a cumprir com as leis e regulamentos, para possibilitar a preparação das informações financeiras, contábeis e fiscais para o cumprimento dessas obrigações junto aos órgãos competentes. Nesse sentido, a administração da Companhia utiliza-se da estrutura administrativa da MLog S.A. para a realização dessas atividades e também conta com o apoio jurídico e de sistemas do grupo MLog para a realização dessas atividades. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Realizamos reuniões com a administração da Companhia, com o objetivo de entender seu propósito de negócio, e efetuamos a leitura de documentos como o estatuto social e a ata de constituição da Companhia, entre outros documentos relevantes que foram emitidos desde a data de constituição da Companhia. Avaliamos a estrutura de controles internos da Companhia, através do entendimento das principais atividades realizadas pela administração, principalmente com foco em eventuais transações não capturadas e não registradas na contabilidade, que poderiam ter impacto relevante nas respectivas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as divulgações estão consistentes com as informações obtidas em nossa auditoria. **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da**

governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2022 e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 2 de março de 2023. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5. Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira - Contador CRC 1RJ056588/O-4.



SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 05.503.849/0001-00

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as nossas demonstrações financeiras do 2º semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do respectivo relatório do auditor independente RSM Brasil Auditores Independentes-Sociedade Simples, cujo relatório de auditoria expressa uma opinião sem ressalvas em 28 de fevereiro de 2023. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		105.856	101.842
Disponibilidades	4	661	356
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	10.500	10.236
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	4	2.083	1.495
Carteira própria		2.083	1.495
Operações de Crédito	6	88.040	85.807
Setor privado		96.009	93.072
(Provisão para op.de crédito de liquidação duvidosa)	6.f)	(7.969)	(7.265)
Outros créditos	7	1.238	1.375
Outros Valores e Bens	8	3.327	2.573
Bens não de uso próprio		2.618	2.050
Despesas antecipadas		709	523
Não Circulante		74.617	69.807
Realizável a Longo Prazo	6	64.740	60.527
Operações de Crédito		70.600	65.652
Setor privado		5.860	(5.125)
(Provisão para op.de crédito de liquidação duvidosa)	6.f)	(9.738)	(9.010)
Outros créditos	7	139	270
Outros Valores e Bens	8	139	270
Despesas antecipadas		139	270
Permanente		1.562	1.673
		1.562	1.673
Imobilização de Uso		518	544
Outras imobilizações de uso		1.977	1.842
(Depreciações acumuladas)		(1.459)	(1.298)
Intangível		1.044	1.129
Ativos intangíveis		2.906	2.671
(Amortizações acumuladas)		(1.862)	(1.542)
Total do Ativo		182.035	173.322

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		91.232	54.659
Depósitos	9	58.591	15.975
Depósitos a prazo		58.591	15.975
Recursos de Ações e Emissão de Títulos	9	30.009	36.313
Recursos de aceites cambiais		30.009	36.313
Outras Obrigações	10	2.632	2.371
Fiscais e previdenciárias		694	291
Provisão para riscos		538	803
Provisões para pagamentos a efetuar		326	332
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		67	101
Diversas		1.007	844
Não Circulante		57.789	85.222
Exigível a Longo Prazo		57.789	85.222
Depósitos	9	31.818	42.301
Depósitos a prazo		31.818	42.301
Recursos de Ações e Emissão de Títulos	9	25.971	42.921
Recursos de aceites cambiais		25.971	42.921
Patrimônio Líquido	11	33.014	33.441
Capital Social		27.500	27.500
De domiciliados no País	11.a)	27.500	27.500
Reservas de Lucros	11.b) e c)	5.514	5.941
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		182.035	173.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 2º Semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)

Saldo em 01 de janeiro de 2021	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutárias		
Lucro líquido do exercício		27.500	2.242	2.653	-	32.395
Destinações:						
Juros sobre o capital próprio	11.e)	-	-	-	(530)	(530)
Reserva legal		-	79	-	(79)	-
Absorção da movimentação de lucros acumulados em Reservas de Lucros - Estatutárias		-	-	967	(967)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		27.500	2.321	3.620	-	33.441
Lucro líquido do exercício		-	-	-	573	573
Destinações:						
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(1.000)	(1.000)
Reserva legal		-	29	-	(29)	-
Absorção da movimentação de lucros acumulados em Reservas de Lucros - Estatutárias		-	-	(456)	456	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		27.500	2.350	3.164	-	33.014
Lucro líquido do 2º semestre de 2022		27.500	2.321	1.997	-	31.818
Destinações:						
Juros sobre o capital próprio	11.e)	-	-	-	(545)	(545)
Reserva legal		-	29	-	(29)	-
Absorção da movimentação de lucros acumulados em Reservas de Lucros - Estatutárias		-	-	1.167	(1.167)	-
Saldo em 01 de julho de 2022		27.500	2.350	3.164	-	33.014
Lucro líquido do 2º semestre de 2022		-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Do 2º Semestre 2022 e dos Exercícios Findos em 31/12/2022 e 31/12/2021
(Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$, Exceto Lucro Líquido por Ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A., ("Instituição" ou "Financeira") é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a Diretoria de carteira de valores mobiliários.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), as normalizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN e da Lei das Sociedades por Ações. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para riscos, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment - de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e reportadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. Sendo assim, elas são apresentadas e reportadas em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito no item 3, principais práticas contábeis adotadas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Instituição em 28 de fevereiro de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Disponibilidades:** Os componentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. **b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, consideradas como equivalentes de caixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Títulos e Valores Mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) **Títulos para Negociação:** São adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentes em negociação e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do Semestre/Exercício. ii) **Títulos Disponíveis para Venda:** São aqueles que não se enquadram como para negociação ou como para serem mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários sob o título "Ajuste de avaliação patrimonial". iii) **Títulos Mantidos Até o Vencimento:** São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do Semestre/Exercício. Com base nas determinações estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados como "Títulos para negociação" são apresentados no Balanço Patrimonial, independentemente de suas datas de vencimento. **d) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Diretoria quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Para as operações com prazo superior a 36 meses, a Instituição utiliza a prerrogativa de contagem em dobro, prevista na Resolução nº 2.682/1999, para determinação do nível de risco. As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando, então, são baixadas contra a PCLD existente e são mantidas sob controle, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. A PCLD, considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do BACEN. **e) Cessões de Crédito:** As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, a qual determina que os ativos financeiros serão baixados se a venda da carteira for com transferência substancial dos riscos e benefícios. A Instituição opera com transferência substancial dos riscos e benefícios. **f) Outros Valores e Bens:** Representados substancialmente por bens de uso próprio recebidos em dação em pagamento que estão disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. **g) Despesas Antecipadas:** Os custos de emissão de títulos, são gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados no resultado do Semestre/Exercício por ocasião da sua geração. **h) Imobilizado de Uso:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais, em função da vida útil econômica dos bens: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos: 10% ao ano; e equipamentos de informática e veículos: 20% ao ano. **i) Intangível:** O saldo do intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano, em função de sua vida útil. **j) Redução do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros ("Impairment"):** A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração por impairment, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **k) Depósitos a Prazo e Recursos de Aceites Cambiais:** As captações pré-fixadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas são atualizadas "pro rata die" até as datas desses balanços patrimoniais. **l) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) Corrente:** A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro semestral e anual tributável excedente a R\$120 e R\$240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor foi calculada à alíquota de 15%, a partir de 01/07/2021 através da Lei 14.183/2021, à alíquota da CSLL teve majoração para 20% até 31/12/2021. No período entre 01 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022 a Lei nº 14.446/2022, elevou-a passando para 16%. **m) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 31 de dezembro de 2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355, de 31 de março de 2006, e nº 4.441, de 29 de outubro de 2015, do CMN que determinam que a Instituição, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro e aqueles provenientes das demais diferenças temporárias, deve atender, cumulativamente, às seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, no mínimo, em três semestres dos últimos cinco semestres sociais, incluindo o exercício social em referência; • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, em períodos subsequentes, com base em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas principalmente à PCLD, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do Semestre/Exercício. Os créditos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis. **n) Provisões para Riscos, Obrigações Legais, Passivos e Ativos Contingentes:** As provisões para riscos e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como "Remota", "Possível" ou "Provável" com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de

provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações. Provisões para Riscos e Passivos Contingentes: são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como "Perdas possíveis" são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como "Perdas remotas" e não são provisionados e nem divulgados. Obrigações Legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando considerados "praticamente certos", que normalmente ocorre quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **o) Outros Ativos e Passivos Circulantes, Realizáveis e Exigíveis a Longo Prazo:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais passivas incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. **p) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **q) Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação:** É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data dos balanços. **r) Novas Normas Contábeis Adotadas pela Instituição a partir de 01 de janeiro de 2022:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 e os pronunciamentos, os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022: • Resolução CMN nº 4.967/2021, que determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. • Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), basicamente um avanço no processo de redução de assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais, bem como os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2022. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contatos do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A. O Plano de Implementação dos referidos normativos na Instituição, deu-se de forma colaborativa, envolvendo as áreas de Contabilidade, Risco, Tecnologia e demais áreas pertinentes, estabelecendo os ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução, está segregado nos seguintes estágios: (i) Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. **Outras Normas Contábeis a Serem Implantadas:** Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	661	356
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	10.500	10.236
Total	11.168	10.592

(i) Aplicações com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, remuneradas às taxas praticadas no mercado, são resgatáveis a qualquer momento e utilizadas para gestão de caixa.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento-Renda Fixa	2.083	1.495	2.083	1.495
Total	2.083	1.495	2.083	1.495

	Semestre Findo		Exercícios Findo	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	115	401	598	84
Rendas de aplicações em quotas de fundos de investimentos	708	1.020	84	682
Total	823	1.421	682	726

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas de juros de cada contrato:

	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
a) Composição das Operações de Crédito:				
Financiamentos - pessoa física e pessoa jurídica - setor privado	158.004	145.128	158.004	145.128
Empréstimos - setor privado	6.319	9.418	6.319	9.418
Títulos descontados	2.286	4.178	2.286	4.178
Total	166.609	158.724	166.609	158.724
Curto prazo	96.009	93.072	96.009	93.072
Longo prazo	70.600	65.652	70.600	65.652
b) Composição da Carteira de Operações de Crédito por Tipo de Cliente e de Atividade Econômica:				
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	
Pessoas físicas	155.184	141.382	155.184	141.382
Indústria	9.111	12.879	9.111	12.879
Comércio	1.212	2.418	1.212	2.418
Outros serviços	4.102	2.045	4.102	2.045
Total	166.609	158.724	166.609	158.724
c) Composição da Carteira de Operações de Crédito, por Vencimento, Considerando as Parcelas dos Contratos:				
Faixas de Vencimento				
Total de Créditos Vencidos	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a Vencer:				
Até 3 meses	27.858	28.6		



SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 05.503.849/0001-00

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Do 2º Semestre 2022 e dos Exercícios Findos em 31/12/2022 e 31/12/2021
(Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$, Lucro Líquido por Ação)

b) Despesas com Operações de Captação do Mercado:

	Semestre Findo		Exercícios Findo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total de Despesas de Captação via Recursos de Aceltes Cambiais	5.394	10.141	7.024	
Despesas de Captação via Depósitos a Prazo:				
Despesa de captação com - CDB	4.691	7.777	1.108	
Despesa de captação com - RDB	824	1.542	589	
Despesa de captação com - DPGE	702	1.241	117	
Outras despesas de captação	114	213	160	
Total de Despesas de Captação via Depósitos a Prazo	6.331	10.773	1.974	
Total Geral das Despesas de Captação	11.725	20.914	8.998	

Os depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais são linhas de crédito em moeda local. As taxas praticadas pela Instituição variaram entre 106% e 130% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (105% e 141% no exercício findo em 31/12/2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2022		31/12/2021	
	Fiscais e previdenciárias	694	291	
Provisão para riscos (a) e (b)	538	803		
Provisão para pagamento a eletuar	326	332		
Cobrança e arrecadação tributos e assemelhados	67	101		
Diversas:				
Operações de crédito a liquidar	363	161		
Comissões a pagar	304	297		
Outras contas a pagar	253	278		
Outras obrigações diversas	87	108		
Total Diversas	1.007	844		
Total Geral de Outras Obrigações	2.632	2.371		

(a) Conteúdo Provisão Riscos de Contingência: A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes de curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Instituição, com base em seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em "Remota", "Possível" e "Provável", levando em conta as probabilidades de ocorrência de perda. (b) Perda Provável- Provisão Riscos de Contingência Constituída e sua Movimentação: A Instituição possui processos trabalhistas e cíveis classificados como perdas prováveis e possíveis cujos valores totais somam R\$1.025 em 31 de dezembro de 2022 (R\$828 em 31/12/2021). No entanto, para as perdas contingentes prováveis, ela provisionou R\$538 em 31 de dezembro de 2022 (R\$803 em 31/12/2021). A seguir apresentamos a movimentação da provisão para riscos de contingências:

	2022		2021	
	Saldo em 31/12/2021	Constituição (Reversão)	Saldo em 31/12/2021	31/12/2022
Ações trabalhistas	489	411 (741)	159	379
Ações cíveis	314	120 (55)	379	538
Total	803	531 (796)	538	917

	2021		2022	
	Saldo em 31/12/2020	Constituição (Reversão)	Saldo em 31/12/2021	31/12/2022
Ações trabalhistas	684	108 (303)	489	379
Ações cíveis	763	39 (488)	314	803
Total	1.447	147 (791)	803	1.182

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:** O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$27.500 e está dividido em 14.334.266 (quatorze milhões, trezentas e trinta e quatro mil, duzentas e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 14.334.266 (quatorze milhões, trezentas e trinta e quatro mil, duzentas e sessenta e seis) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. Conforme AGE de 22/12/2021 ficou deliberado: (i) alteração da redação do Artigo 17 do Estatuto Social, em atendimento ao item 3 do Ofício 28537/2021 - BCB/Deorf/GTSP1, de 07 de dezembro de 2021; e (ii) consolidação do Estatuto Social da Instituição. b) **Reserva Legal:** A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social realizado ou a 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais. c) **Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Instituição. Os dividendos mínimos podem ser distribuídos através de juros sobre o capital próprio. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais. d) **Juros sobre o Capital Próprio:** Durante os exercícios, como abaixo demonstrados, foram provisionados e pagos juros sobre o capital próprio no montante a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre capital próprio	1.000	530
Imposto de renda retido na fonte	(150)	(80)
Total líquido	850	450

12. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

a. **Reconciliação de Impostos (IRPJ e CSLL):** A reconciliação do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	Semestre Findo		Exercícios Findo s			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e antes do JCP	2.588	2.588	232	232	2.401	2.401
(-) Juros sobre capital próprio reduzidos da conta lucros acumulados conforme movimentação evidenciada na DMPL	(545)	(545)	(1.000)	(1.000)	(530)	(530)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.198	9.198	12.222	12.222	12.146	12.146
Provisão para contingências	23	23	531	531	147	147
Outras não dedutíveis	308	308	530	530	326	326
Despesas adições	8	8	18	18	156	156
(11.009)	(11.009)	(16.578)	(16.578)	(14.852)	(14.852)	(14.852)
Realização de provisão para crédito de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(10.072)	(10.072)	(15.254)	(15.254)	(12.939)	(12.939)
Reversão de provisão para contingências	(409)	(409)	(796)	(796)	(790)	(790)
Reversão de provisões operacionais	(528)	(528)	(528)	(528)	(923)	(923)
Base Tributável Corrente	571	571	955	955	(6)	(6)
Despesa de IRPJ e CSLL Corrente						
Alíquota de 15% IRPJ	(131)	(213)	-	-	-	-
Alíquota de 16% e 20% CSLL entre 01/07/22 e 30/07/22 e 01/01/22 e 31/07/22	-	(86)	-	(142)	-	-
Total de Despesa de IRPJ e CSLL Corrente (Despesa) Receita de Impostos- IRPJ e CSLL Diferido	(131)	(86)	(213)	(142)	-	-
Diferido	(350)	(280)	434	262	(515)	(310)
Total da (Despesa) Receita de IRPJ e CSLL	(481)	(386)	221	120	(515)	(310)

b. Origem dos Créditos Tributários de IRPJ e de CSLL:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.569	24.569	22.587	22.587
Provisões para riscos de contingências fiscais	538	538	803	803
Demais provisões temporárias	337	337	314	314
Total das diferenças temporárias	25.444	25.444	23.704	23.704
Total Individual dos Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos Ativo	6.361	3.817	5.926	3.556
Total Geral dos Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos Ativo	10.178	9.482		

c. **Previsão de Realização dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporária:** Todos os impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativo são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da Instituição e as expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 3.059/2002 e 3.355/2007 do BACEN, e, são computados sobre as diferenças temporárias existentes na datas dos balanços, estando também apoiadas em estudo técnico preparado pela Diretoria. A expectativa de realização desses impostos diferidos ativo estão abaixo demonstradas:

	Expectativa de realização			
	2023	2024	2025	2026
IRPJ	274	874	1.454	1.802
CSLL	165	524	873	1.081
Valor em 31/12/2022 (IRPJ e CSLL)	439	1.398	2.327	2.883

Em 31/12/2022, o valor total presente desses impostos diferidos (IRPJ e CSLL) ativo é de R\$6.413, considerando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) de 13,75% ao ano.

d) Movimentação dos Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos Ativo:

	31/12/2021		Constituição		Realização		31/12/2022	
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.035	1.717	(924)	9.828			
Provisões para contingências	321	337	(443)	215				
Demais provisões temporárias	126	893	(884)	135				
Total dos Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos Ativo	9.482	2.947	(2.251)	10.178				

	31/12/2020		Constituição		Realização		31/12/2021	
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.373	581	(919)	9.035			
Provisões para contingências	579	12	(270)	321				
Demais provisões temporárias	354	505	(733)	126				
Total dos Impostos (IRPJ e CSLL) Diferidos Ativo	10.306	1.098	(1.922)	9.482				

13. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Semestre Findo		Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tarifa de cadastro - Veículos	3.346	7.391	7.594	
Tarifa de cadastro - Desconto	57	108	225	
Reembolso tarifa cartão	47	86	111	
Outras receitas de serviços	30	79	140	
Total	3.480	7.664	8.070	

14. DESPESAS DE PESSOAL

	Semestre Findo		Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(362)	(834)	(979)	
Encargos sociais	(104)	(194)	(249)	
Benefícios	(425)	(733)	(1.141)	
Treinamento	(42)	(90)	(176)	
Total	(933)	(1.851)	(2.545)	

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestre Findo		Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com serviços de terceiros (a)	(5.272)	(10.571)	(11.754)	
Comissões e prêmios (b)	(2.675)	(5.718)	(5.587)	
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(1.353)	(2.874)	(2.596)	
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(894)	(1.764)	(1.849)	
Acordos e ações judiciais	(1.389)	(2.572)	(1.583)	
Despesas de processamentos de dados	(1.139)	(2.073)	(1.596)	
Despesas de comunicação	(36)	(51)	(29)	
Despesas de comunicação	(109)	(210)	(183)	
Despesas de propaganda e publicidade	(93)	(181)	(190)	
Despesas com depreciação e amortização	(282)	(559)	(550)	
Despesas de transporte	-	(50)	(62)	
Despesas de passivos contingentes (Nota 10.b)	(287)	(531)	(147)	
Outras	(273)	(869)	(521)	
Total	(13.802)	(28.023)	(26.647)	

Referem-se predominantemente a: (a) Despesas com partes relacionadas de R\$9.195 e R\$9.528 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (vide nota 19-Transações com partes relacionadas). (b) Despesas com comissões pagas a correspondentes no país. (c) Despesas com serviços de gravames. (d) Despesas bancárias.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestre Findo		Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com PIS	(140)	(281)	(288)	
Despesa com COFINS	(861)	(1.728)	(1.775)	
Despesa com ISS	(174)	(383)	(404)	
Outras	(19)	(28)	(32)	
Total	(1.194)	(2.420)	(2.499)	

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestre Findo		Exercícios Findos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Reversão de provisões operacionais (i)	937	1.324	1.714	
Recuperação de encargos e despesas	101	193	213	
Outras	35	50	38	
Total	1.073	1.567	1.965	

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a Reversões de Provisão para: (i) Despesas operacionais constituídas em exercícios anteriores por R\$528 (R\$923), por não haver necessidade e (ii) Passivos contingentes por R\$791, conforme nota 10.b- Provisão para Riscos de Contingência, as quais totalizam naquelas datas R\$1.324 (R\$1.714), respectivamente.

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestre Findo		Exercícios Findo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos	(2.171)	(3.393)	(2.601)	
Total	(2.171)	(3.393)	(2.601)	

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos decorrentes de operações com partes relacionadas, a preços e taxas de mercado, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

A DIRETORIA

a. Saldos com Sociedades Ligadas

	31/12/2022			
	Shopcred (a)	Gestão (b)	CJJ (c)	Plural (d) 2JC (e)
Passivo				
Recursos de aceites cambiais				
Obrigações por títulos cambiais				
Despesas	(4.161)	(24)	(48)	(3.193)
Despesas com captação				
Despesas de aceites cambiais		(24)		
Despesas administrativas	(4.161)		(48)	(3.193)
Despesa de aluguel			(48)	
Despesas c/prest.de serviços	(4.			



LAVVI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ: 26.462.693/0001-28

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: Encerramos 2022 muito satisfeitos com o nosso desempenho operacional. O forte crescimento alcançado tanto no volume de lançamentos em VGV como nas vendas (ambos em R\$), levaram a Companhia para outro patamar. Em 2022, o VGV lançado pela Companhia somou R\$1,6 bilhão (+64% vs. 2021 na visão %LAVVI, ex-permuta) e as vendas somaram R\$1,1 bilhão (+53% A/A, na mesma visão). O resultado foi a 4ª colocação da Lavvi no Ranking Construtora (As maiores do Brasil, 2022), dentro do segmento alto/médio padrão. Esses resultados foram obtidos muito em função da qualidade dos poucos e bons produtos colocados pela Lavvi no ano, como é a nossa característica, sendo que o tempo comercial entregues de venda bastante saudáveis na média dos 6 lançamentos do exercício. Destacamos ainda que o desempenho foi alcançado apesar do cenário adverso enfrentado ao longo de praticamente todo o ano, onde sobram incertezas econômicas e políticas de todo o tipo, incluindo, mas não se limitando, à escalada dos juros Selic e ao aumento dos custos de construção civil, variáveis que afetam diretamente o nosso setor. Ainda que o desempenho operacional tenha sido fantástico, não vemos a mesma fotografia na DRE, onde entregamos receita e lucro abaixo do potencial, com números inferiores aos registrados em 2021. Entendemos que o descaimento decorre, dentre outros fatores, do não

reconhecimento contábil de parte das vendas, tanto na totalidade do empreendimento Eden, lançado em parceria com a Cyrela no 4º tri, como em parte do nosso Galleria Klabin, produto 100% Lavvi, lançado na mesma ocasião. No Eden, os números entram na nossa DRE apenas a partir de 2023, via resultado de equivalência patrimonial. Já no Galleria Klabin, embora a totalidade das unidades de estudos tenham sido vendidas em dezembro, o reconhecimento contábil da venda destas unidades somente entrou em 2023. Nos últimos meses de 2022 assinamos novas áreas, de forma que, ao final do ano, possuíamos R\$4,4 bilhões em VGV potencial no landbank (visão total), representados por 5 projetos já escriturados (ou 6 se considerarmos a nova fase do Eden por lançar). Além destes, compreensamos mais 2 terrenos importantes (ainda off-balance), em condições comerciais muito favoráveis, com VGV total estimado de R\$3,1 bilhões, dos quais 60% será a participação esperada da Lavvi. Superando as cláusulas resolutivas destas aquisições, e escriturando estes ativos a novo favor, acreditamos que estaremos com um banco de terrenos bastante sólido, pronto para entregar crescimento e rentabilidade. Nosso estoque, por sua vez, contava com apenas 9 unidades concluídas em dezembro de 2022. Fizemos no início do ano a entrega do Natu Tatuapé, que contribuiu para a geração de caixa da

Lavvi em 2022. Distribuímos também R\$120 milhões em dividendos no decorrer do ano, ou R\$166 milhões em geração de valor para os acionistas quando incluídas as recompras de ações realizadas. A geração de caixa da Lavvi alcançou R\$89 milhões no ano (ex-dividendos e recompras), resultando em uma robusta posição de R\$493,5 milhões de caixa líquido ao final do exercício. Ontem, em reunião do Conselho, foi aprovada ainda a distribuição de dividendos adicionais relativos aos resultados do exercício social de 2022. Assim, a Companhia distribuirá no próximo dia 24/ março o valor de R\$ 35 milhões aos seus acionistas, a um valor unitário de aproximadamente R\$ 0,18 (dezoito centavos) por ação. Diante do cenário macroeconômico que segue bastante incerto, agremos com cautela em 2023. Ainda assim, encontramos no ano de forma otimista, dada a qualidade e exclusividade dos produtos que temos para trabalhar. Buscaremos despertar em nossos potenciais clientes a sensação de que nossos empreendimentos são oportunidades imperdíveis, considerando localizações privilegiadas, produtos superiores, com olhar nos detalhes e preços competitivos, tal como é a nossa marca.

Administração.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Receita líquida	19	7.468	696	555.327	609.270
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados				(368.989)	(355.550)
Lucro bruto	20	7.468	696	186.339	253.720
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas comerciais	22	(213)	(1.355)	(63.952)	(56.673)
Despesas administrativas	21	(27.312)	(19.354)	(28.966)	(21.477)
Despesas com honorários da administração		(3.578)	(3.838)	(3.578)	(3.838)
Resultado de equivalência patrimonial	9	104.033	169.796	(1.319)	4.154
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	986	282	(2.002)	677
Total receitas (despesas) operacionais	73.916	145.531	(99.817)	(77.157)	677
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	81.384	146.227	86.522	176.563	35.147
Resultado financeiro					
Resultado antes da contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social	16	(1.642)	(2.224)	(23.226)	(16.827)
Lucro líquido do exercício	114.889	177.732	130.908	204.301	204.301
Atribuível a:					
Acionistas controladores	114.889	177.732	114.889	177.732	177.732
Acionistas não controladores	-	-	-	16.019	26.569

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro líquido do exercício	114.889	177.732	130.908	204.301	204.301
Outros resultados abrangentes	2.480	-	2.480	-	-
Resultado abrangente total do exercício	117.369	177.732	133.388	204.301	204.301
Atribuível a:					
Acionistas controladores	117.369	177.732	117.369	177.732	177.732
Acionistas não controladores	-	-	-	16.019	26.569
Resultado abrangente total do exercício	117.369	177.732	133.388	204.301	204.301

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(27.293)	11.382	80.014	(158.139)	
atividades de investimento	194.041	(569.260)	76.519	(449.949)	
Caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento	(166.915)	(271.563)	(128.468)	(287.004)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(167)	(829.441)	28.065	(895.092)	
Na início do exercício	173	829.614	4.620	899.712	
No fim do exercício	6	173	32.685	4.620	
Aumento (redução) de Caixa e equivalentes de caixa	(167)	(829.441)	28.065	(895.092)	

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Receitas					
Receita de imóveis vendidos/serviços prestados	8.175	762	569.756	622.473	
Insumos adquiridos de terceiros	(10.715)	(7.263)	(461.794)	(432.981)	
Valor adicionado bruto	(2.540)	(6.501)	107.962	189.492	
Depreciações e amortizações	(863)	(779)	(675)	(791)	
Valor líquido produzido pela companhia	(3.403)	(7.280)	107.287	188.701	
Impostos de renda e contribuição social	141.433	206.230	63.723	51.756	
Valor adicionado total a distribuir	138.030	198.909	176.809	240.497	
Pessoal e encargos	19.246	16.289	19.246	16.292	
Impostos, taxas e contribuições	3.955	4.788	26.655	19.904	
Remuneração de capitais próprios	114.889	177.732	130.908	204.301	
Distribuição do valor adicionado	138.090	198.809	176.809	240.497	

for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 3.12. **Imposto de renda e contribuição social correntes:** Conforme permitido pela legislação fiscal, as receitas relacionadas às vendas de unidades imobiliárias são tributadas com base no regime de caixa e não com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 3.15. Em cada ano fiscal, a Companhia e cada uma de suas controladas, desde que atendam aos requisitos legais, podem optar por apurar o lucro tributável utilizando o critério do lucro real ou do lucro presumido, além de efetuar análise sobre a adoção ao patrimônio de atenuação para utilização do Regime Especial de Tributação (RET). A Companhia adota o critério de apuração pelo lucro real, no qual os impostos são calculados com percentual do lucro líquido, aplicando-se uma taxa de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, totalizando 34%. As controladas optam pelo critério de apuração pelo lucro presumido, segundo o qual este é presumido como 8% e 12% das receitas operacionais, para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), respectivamente, e acrescido de 100% de outras receitas. O imposto de renda e contribuição social são calculados aplicando-se taxas de 25% e 9%, respectivamente. As sociedades de propósito específicos são optantes do Lucro Presumido conjugado com o Regime Especial de Tributação (RET), em que o imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre as receitas decorrentes da atividade de incorporação aplicando-se as taxas de 1,26% e 0,66%, respectivamente. 3.13. **Impostos e contribuições diferidos:** O imposto de renda, a contribuição social, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com recolhimentos diferidos, são reconhecidos no passivo circulante e não circulante, conforme expectativa de recebimento das parcelas previstas nos contratos de compra e venda. O saldo referente ao recolhimento diferido refere-se à diferença entre o reconhecimento do saldo a pagar pelo contrato societário, descrito na Nota Explicativa nº 3.15, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento. 3.14. **Ajuste de valor presente de caixa a receber:** A Companhia, por meio de suas investidas, ajusta os saldos de caixa a receber a prazo de unidades não concluídas, considerando como taxa de desconto a média ponderada das captações do Consolidado nos períodos de fechamento. Dessa taxa média descontada-se a projeção de inflação (IPC) da período de referência. O resultado é a taxa de juros "efetiva" descontada já líquida da inflação. Compara-se a taxa média efetiva da Companhia com a "média aritmética simples" da taxa de juros efetiva das Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B), entre as duas define-se a maior como taxa para aplicação do cálculo do ajuste a valor presente. 3.15. **Reconhecimento da receita com venda de imóveis e com a prestação de serviços:** Receita com venda de imóveis: A Companhia e suas controladas e coligadas, adotaram a NBC TG 47 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. Não houve efeitos relevantes na adoção da NBC TG 47 e referido ofício circular para a Companhia e suas controladas. De acordo com a NBC TG 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do momento de desempenho; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; (v) reconhecimento da receita. A Companhia contabiliza os efeitos dos contratos somente quando: (i) as partes aprovam o contrato; (ii) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (iii) o contrato possuir substância comercial; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação que a Companhia tem direito. Os contratos de venda da Companhia e suas investidas são firmados no modelo no qual a incorporadora financia o promitente durante a fase de construção do projeto, através de recursos próprios e/ou obtenção de financiamento (SFH) junto a instituições financeiras. Em regra, projetos de construção de unidades imobiliárias voltadas a pessoas de média e alta renda. Com a assinatura do contrato, o mutuário se compromete a pagar durante a fase de construção até 30% do valor da unidade imobiliária diretamente à incorporadora, que suporta todo o risco de crédito durante a fase de construção. Fimdo fisicamente o projeto, o mutuário precisa quitar o saldo devedor com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato). Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: Nas vendas a prazo de unidades com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) ou obter junto a uma Instituição Financeira (IF) o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobili



LAVVI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ: 26.462.693/0001-28

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto os valores por ação ou quando mencionado de outra forma)

des vendas são apropriados ao resultado quando incorridos: • As receitas de vendas apuradas, conforme o item anterior, mensuradas a valor justo, incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos; • As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o empreendimento imobiliário lançado tenha superado as condições da cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação ou a companhia opte por renunciar as condições da cláusula suspensiva; • O montante das receitas com venda de unidades imobiliárias, conforme descrito no parágrafo anterior, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, é contabilizado como contas a receber; • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades imobiliárias vendidas é apropriado ao resultado, conforme anteriormente mencionado; • Os encargos financeiros diretamente relacionados aos empreendimentos imobiliários, correspondentes às contas a pagar por aquisição de terrenos e às operações de financiamento imobiliário, incorridos durante o período de construção, são apropriados ao custo incorrido na rubrica de imóveis a comercializar e refletidos no resultado por ocasião da venda das unidades do empreendimento imobiliário a que foram apropriados. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, incluindo os de captação; • As despesas comerciais inerentes à atividade de comercialização são qualificadas como incorridas à medida que ocorre a veiculação e aplicação ou conforme o regime de competência; • Os estandes de vendas, são registrados pelos gastos com a construção diretamente no resultado como despesa comercial à medida que ocorre; • A provisão para garantia é constituída para cobrir gastos com reparos em empreendimentos no período de garantia, com base no histórico de gastos incorridos. A provisão é constituída em contrapartida do resultado (custo), à medida que os custos de unidades vendidas incorrem. Eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida, em geral cinco anos a partir da entrega do empreendimento. Para as unidades em estoque concluídas ou em andamento o valor é reconhecido no ativo. Enquanto as premissas acima não forem atingidas, nenhuma receita ou custo é reconhecido no resultado. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos ou a extensão do prazo para a conclusão dos empreendimentos imobiliários, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado do exercício que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram as revisões. **Provisão para distritos:** A Companhia suportada pelas orientações e regras do Conselho CVM/SECOP nº 02/2018, elaborou estudos com objetivo de avaliar a necessidade de registrar os ajustes temporários e preditivos relacionados aos distritos dos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias em construção (provisão para distritos). O estudo considerou a identificação da incerteza de entrada de fluxo de caixa e a evidência objetiva de condições que já existiam na data final do período contábil, para constituir a provisão para distritos. Consequentemente, a Companhia constituiu provisão para distritos para aqueles clientes que possuam: (i) parcelas vencidas a mais de 91 dias em cada exercício findo das demonstrações financeiras; (ii) estarem adimplentes, mas que manifestaram formalmente a intenção de distritar o contrato de compra e venda até o término de cada exercício findo das demonstrações financeiras. Para a base de contratos encontrada: (i) suspender o reconhecimento da receita dos contratos com clientes; (ii) estornar o total das receitas reconhecidas até então; (iii) estornar o total dos custos dos imóveis vendidos reconhecidos no resultado até então; e (iv) reclassificar o montante da indenização por distritos, referente à parcela retida pela incorporadora sobre os pagamentos efetuados pelo cliente, para uma rubrica distinta de vendas. **Operações de permuta:** A permuta de terrenos tem por objeto o recebimento de terrenos de terceiros para liquidação por meio da entrega de unidades imobiliárias ou o resgate de parcelas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos. Os terrenos adquiridos pela Companhia e por suas controladas são registrados pelo seu valor justo no seu registro inicial, com um componente do estoque, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, conforme critérios descritos acima. **Receita com prestação de serviços:** A receita com prestação de serviços, quando aplicável, é composta pelos serviços de administração técnica de construção e prestação de serviços de assessoria técnica, sendo reconhecida no período em que os serviços são efetivamente prestados. **3.16. Avaliação do valor recuperável de ativos:** A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos (imóveis a comercializar, investimentos, o imobilizado e o intangível), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Com base na avaliação da administração sobre a recuperabilidade do saldo de imóveis a comercializar, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **3.17. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, quando aplicável, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.18. Informação por segmento:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são analisadas através de relatórios gerenciais internos por empreendimento imobiliário, sendo a tomada de decisão de alocação de recursos e sua avaliação pela diretoria executiva da Companhia realizada considerando-se um único segmento de incorporação imobiliária. **3.19. Benefícios a empregados:** Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e remunerações variáveis, tais como as participações nos lucros e gratificações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos. A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou plano de aposentadoria, bem como plano de remuneração baseada em ações. **3.20. Resultado básico e diluído por ação:** O resultado básico e diluído por ação é calculado considerando os lucros (ou prejuízos, quando aplicável) do exercício atribuído aos acionistas, sobre a média ponderada das ações em circulação no exercício social considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía instrumentos de dívida ou direito conversíveis em ações de capital. Portanto, nos citados exercícios, os resultados básicos e diluído por ação se equivalem conforme apresentado na Nota Explicativa nº 18.d. **3.21. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, sendo que para IFRS representam informação financeira adicional, requeridas como parte das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. **3.22. Sociedade em contas de participação - "SCP":** Nos últimos exercícios, a Companhia firmou acordos com parceiros empreendedores em alguns negócios, os quais são denominados como sócios participantes de acordo com o Art. 991 do Código Civil. As obrigações com os parceiros são constituídas pelos valores aportados pelos mesmos somados aos resultados acumulados que lhes competem nos respectivos empreendimentos, sendo registrado na rubrica de outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 14). As obrigações serão liquidadas na medida em que ocorrer o recebimento do GVG nos respectivos empreendimentos imobiliários. Nessas acordos as controladas, incorporadoras dos respectivos empreendimentos, figuram como sócias ostensivas, sendo as responsáveis legalmente pelos riscos e obrigações do empreendimento imobiliário conforme previsto na Lei, logo todos os ativos e passivos relacionados a estes acordos são apresentados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **3.23. Arrendamentos:** Arrendamentos em que a Companhia é arrendador: O arrendamento é classificado como arrendamento financeiro se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente e classificado como operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. A Companhia não possui contratos de arrendamentos nos quais é arrendador financeiro ou operacional. **Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária:** A Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. Isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até

a data; (iii) custos diretos incorridos; e (iv) estimativa de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável. O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário e representa a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. Na mensuração do passivo de arrendamento, as contraprestações incorporam a inflação efetiva até o período corrente e são descontadas a taxas nominais que representam os custos de captação da Companhia. Ao considerar os fluxos futuros com expectativa inflacionária, a Companhia avaliou como não materiais os impactos no passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, nas despesas de depreciação e despesa financeira. Ao determinar o prazo de arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou não exercer uma opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo de arrendamento apenas se o prazo de arrendamento for razoavelmente certo de ser estendido (ou não rescindido). A avaliação é revista se ocorrer um evento significativo ou uma alteração significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja dentro do controle da Companhia. A avaliação de extensão dos contratos afeta o valor dos passivos de arrendamentos e os dos ativos de direito de uso reconhecidos. No resultado do exercício é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento. **3.24. Novas normas, alterações e interpretações emitidas:** Durante o exercício de 2022 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022: **Pronunciamento**

Pronunciamento	Alteração	Vigência
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado		
Alteração ao IAS 37/CPC25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes		
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios		
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros		
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos		
IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros		
IAS 41/CPC 29 - Ativos Biológicos		
IAS 12 - Tributo sobre o Lucro		

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.133.581 dividido em 199.534.352 (cento e noventa e nove milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e duas) ações ordinárias e em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.133.581 dividido em 208.191.252 (duzentos e oito milhões, cento e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Ações em tesouraria:** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria e, posteriormente, cancelamento ou alienação. Tendo em vista o disposto no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15, especificou-se o seguinte: I) O objetivo da Companhia é adquirir suas ações para mantê-las em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à aplicação de recursos disponíveis para investimentos, a fim de maximizar valor para os acionistas; e II) A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado é de 195.434.352 ações ordinárias (considerando as ações dos controladores e pessoas vinculadas a Companhia), conforme informado pela instituição depositária em 31 de dezembro de 2022 (205.047.652 em 31 de dezembro de 2021). **Data do programa de Recompra**

Quantidade Inicial de Ações em Tesouraria	31/12/2022	31/12/2021
18/03/2021	3.143.600	-
01/10/2021	-	1.662.500
06/10/2021	-	4.774.900
08/10/2021	-	(6.437.400)
08/06/2022	5.513.300	3.143.600
08/06/2022	(8.656.900)	-
08/06/2022	4.100.000	-
08/06/2022	4.100.000	3.143.600

Quantidade final de Ações em Tesouraria **4.100.000** **3.143.600**
(i) Em 1º de outubro de 2021, a Companhia adquiriu 4.774.900 (quatro milhões, setecentos e setenta e quatro mil e novecentas) ações ordinárias de própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento. Com isso, a Companhia totalizou em tesouraria 6.437.400 (seis milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e quatrocentos) ações ordinárias, as quais foram aprovadas em 18 de março de 2021. (ii) Em 06 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria, ou seja, 6.437.400 (seis milhões e quatrocentos e trinta e sete mil e quatrocentos) ações ordinárias, sem alteração do capital social e com a respectiva contabilização em contrapartida a reservas de lucros no valor de R\$ 39.417, encerrando antecipadamente o programa de recompra de ações aprovado em 18 de março de 2021. (iii) Em 06 de outubro de 2021, a Companhia instituiu novo programa de recompra de ações com vigência até 07 abril de 2023, até o limite de 8.670.202 (oito milhões, seiscentas e setenta mil e duzentas e duas) de ações ordinárias, para efeito de manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação. (iv) Em 08 de junho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria do segundo

programa de recompra aprovado em 06 de outubro de 2021, ou seja, 8.656.900 (oito milhões e seiscentas e cinquenta e seis mil e novecentas) ações ordinárias, sem alteração do capital social e com a respectiva contabilização em contrapartida a reservas de lucros no valor de R\$ 41.501, encerrando antecipadamente o programa de recompra de ações aprovado em 06 de outubro de 2021. (v) Em 06 de junho de 2022, a Companhia instituiu novo programa de recompra de ações com vigência até 08 dezembro de 2023, até o limite de 7.804.512 (sete milhões, oitocentas e quatro mil e quinhentas e doze) de ações ordinárias, para efeito de manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação. A cotação das referidas ações, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 4,77, valor de mercado expresso em reais por ação (R\$ 5,19 - valor expresso em reais, em 31 de dezembro de 2021). O valor de mercado é obtido usando como referência a cotação das ações da Companhia na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado no fechamento do dia. O saldo de ações em tesouraria, em 31 de dezembro de 2022 pode ser assim demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021
Ações em tesouraria		
Quantidade	4.100.000	3.143.600
Valor de aquisição	19.154	14.632
Valor médio na aquisição - expresso em reais	4,67	4,65
Valor de mercado	19.557	16.315

c) Transação de capital: Reconhecimento de ganhos e perdas nas transações entre sócios de compra e venda de participações em sociedades controladas. **d) Lucro por ação:** O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos sócios controladores, pelo número médio ponderado de ações em circulação no exercício. Não há outros instrumentos patrimoniais ou de dívida com efeito diluidor do capital, portanto, o lucro diluído por ação é compatível com o lucro básico por ação. O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Controladora e Consolidado		
Lucro líquido atribuído aos sócios controladores	114.889	177.732
Número médio ponderado de ações (em milhares)	198.644	212.966
Lucro básico e diluído por ações, expresso em reais	0,5784	0,8374

e) Dividendos adicionais distribuídos: (i) Em maio de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 22.212, referente aos dividendos mínimos obrigatórios provisionados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. (ii) Em 13 de outubro de 2021, a Companhia em Reunião do Conselho de administração, aprovou a distribuição de dividendos intermediários e intercalares no montante de R\$ 120.000, tendo por base as reservas de lucros da Companhia, conforme divulgadas nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020, representando, naquela data, R\$0,57639 para cada ação ordinária de emissão da Companhia, ex-tesouraria. O pagamento dos dividendos ocorreu em 27 de outubro de 2021. (iii) Em 05 de maio de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 42.211, referente aos dividendos mínimos obrigatórios provisionados em 31 de dezembro de 2021. (iv) Em 11 de maio de 2022, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 17.788, com base nas reservas de lucros conforme apurado nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021, representando, naquela data, R\$ 0,08792 para cada ação ordinária de emissão da Companhia, ex-tesouraria. (v) Em 09 de setembro de 2022, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 30.925 e intercalares no montante de R\$ 29.075, totalizando o montante de R\$ 60.000 com base nas reservas de lucros apresentadas nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021 e com base nas informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2022, representando, naquela data, R\$ 0,307008 para cada ação ordinária de emissão da Companhia, ex-tesouraria. (vi) Em 07 de março de 2023, em reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 35.000 deliberadamente relativos aos resultados do exercício de 2022. A companhia apurou um excedente de dividendos distribuídos na totalidade de R\$ 1.789 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo calculado R\$ 27.286 referente aos dividendos mínimos estatutários e pagos o montante de R\$ 29.075 de dividendos intercalares no exercício (conforme Nota Explicativa nº 18 (e)).

Lucro líquido atribuído aos sócios controladores

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido atribuído aos sócios controladores	114.889	177.732
(-) Reserva Legal	5.744	8.887
(-) Base de cálculo sobre lucro líquido	109.145	168.845
Dividendos mínimo estatutário -%	25%	25%
Dividendo mínimo estatutário sobre lucro líquido	27.286	(29.075)
(-) Dividendos Intercalares	(1.789)	-
Excedente de dividendos distribuídos em 2022	1.789	-
Data das movimentações da reserva de lucros no exercício	31/12/2022	31/12/2021
08/06/2022	(-) Cancelamento de ações (cfe. Nota Explicativa nº 18 (b) v)	90.214
11/05/2022	(-) Dividendos intermediários (cfe. Nota Explicativa nº 18 (e) iv)	(17.788)
09/09/2022	(-) Dividendos intermediários (cfe. Nota Explicativa nº 18 (e) v)	(30.925)
09/09/2022	(-) Dividendos intercalares (cfe. Nota Explicativa nº 18 (e) v)	(29.075)
	(-) Reserva legal	(5.744)
	(-) Dividendos Adicionais (cfe. Nota explicativa nº 18 (e) vi)	(35.000)
	Resultado do exercício	114.889
	Saldo Final em 31.12.2022	45.070

Movimentação das reservas de lucros

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	90.214	122.987
(-) Cancelamento de ações	(41.501)	(39.417)
(-) Dividendos intermediários e intercalares	(77.788)	(120.000)
(-) Dividendos declarados	-	(42.211)
(-) Dividendos adicionais	(35.000)	-
(-) Reserva legal	(5.744)	(8.887)
Resultado do exercício	114.889	177.732
Subtotal da reserva de investimento	45.070	90.214

Definições dos resultados dos exercícios: O lucro líquido dos exercícios de 2022, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, quando aplicável, tem a seguinte destinação: • 5% para reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado ou 30% das reservas totais; e • 25% do saldo, após a apropriação para reserva legal, será destinado aos pagamentos de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Lucro líquido atribuído aos sócios controladores

	31/12/2022	31/12/2021
Constituição da reserva legal -%	114.889	177.732
5%	5%	5%
(-) Reserva Legal	5.744	8.887
(-) Base de cálculo sobre lucro líquido	109.145	168.845
Dividendos mínimo estatutário -%	25%	25%
(-) Dividendo mínimo estatutário sobre lucro líquido	-	42.211
Total dividendos a pagar	109.145	122.987
Total destinado a reserva de lucros	(29.075)	(36.420)
(-) Dividendos Intercalares	(1.789)	-
(-) Dividendo Adicionais	(35.000)	-
Total líquido de reserva de lucros	45.070	90.214

f) Outros resultados abrangentes: A Companhia possui uma operação de swap, no qual tem a posição ativa atualizado pelo índice do IPCA e posição passiva a 100% do CDI menos taxa de juros de 5,11% a.a. O swap de pagamento acompanha o mesmo fluxo da dívida à qual o swap está atrelado, sendo assim um fluxo para proteção de fluxo de caixa do contrato de aquisição de terreno para futuro empreendimento da SPE Lavvi Portugal Empreendimento Imobiliários Ltda. O swap é mensurado a AVJOIRA.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião do Conselho de Administração realizada no 7 de março de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos relativos aos resultados do exercício de 2022, no valor de R\$ 35.000. Essa deliberação ocorre ad referendum da Assembleia Geral Ordinária prevista para 26 de abril de 2023 que irá deliberar, dentre outros temas, sobre a destinação do lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os R\$ 35.000 em dividendos serão distribuídos pelo total de ações emitidas pela Companhia, excluídas aquelas mantidas em tesouraria (195.434.352 ações ex-tesouraria). Assim, será distribuído o valor unitário de aproximadamente R\$ 0,18 (dezoito centavos) por ação.

A DIRETORIA

Jorge Pessoa Alves - Contador - CRC 1SP 143414/O-2

EXTRATO DO RELATÓRIO DO AUDITOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RESUMIDAS

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>; <http://ri.lavvi.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>; <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx> e https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

SAÚDE

Governo federal vai começar a aplicar vacina contra mpox no dia 13 de março

Com 46 mil doses à disposição do Programa Nacional de Imunizações, o Ministério da Saúde se prepara para dar o pontapé inicial da campanha de vacinação contra a mpox (varíola dos macacos). A aplicação do imunizante começa na próxima segunda-feira, 13, conforme informou a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel.

A reportagem também teve acesso ao informe técnico enviado a Estados e Municípios. Segundo o documento, para a vacinação pré-exposição, estarão elegíveis pessoas que vivem com HIV/Aids que tenham "contagem de linfócitos T CD4 inferior a 200 células", e profissionais que trabalham diretamente com orthopoxvírus em laboratórios. Para a pós-exposição, entram no grupo contatos de pacientes com suspeita ou confirmação da doença, classificados como exposição de risco alto ou médio.

Considerando que não há mais disponibilidade de imunizante no mercado (o ministério havia comprado 49 mil, mas só recebeu 46 mil, conforme o documento), a estratégia de vacinação segue enquanto durarem os estoques.

A primeira remessa de imunizantes, com 9,8 mil unidades, foi recebida pelo Brasil ainda em outubro. Por unanimidade, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia aprovado a utilização das vacinas Jynneos/Imvanex ainda em agosto, prorrogando a dispensa de registro por mais seis meses em fevereiro deste ano.

O documento também traz o desenho epidemiológico do surto no País até a semana 7 de 2023 (12/2/2023 a 18/2/2023). No total, houve notificação de 50.803 casos suspeitos para mpox: 10.301 (20,3%) foram confirmados; 339 (0,7%) classificados como prováveis; 3.665 (7,2%), suspeitos e 36.498 (71,8%), des-

cartados. No período, foram registradas 15 mortes.

A curva de casos mostra um crescimento a partir de julho e pico em agosto. Depois, a partir de setembro, tendência de queda, embora casos sigam sendo notificados. Essa persistência, segundo o documento, é o que justifica a necessidade da campanha e o foco em pacientes com potencial de agravamento do caso.

"Considerando o panorama epidemiológico da infecção por mpox, com persistência de casos confirmados no território brasileiro e, apesar de tendência decrescente no mundo inteiro, a frequência de óbitos e a ocorrência de morbimortalidade são maiores entre as pessoas vivendo com HIV/aids (PVHA), em especial naquelas com status imunológico de contagem de linfócitos T CD4 inferior a 200 células", diz o documento.

"Felizmente o cenário epidemiológico é de declínio",

afirma Ethel. "Como o vírus ainda está circulando - não há eliminação, mas controle - é importante vacinarmos para maior proteção dos mais vulneráveis ao desenvolvimento de quadros clínicos mais graves ou mais expostos ao vírus."

Questionada sobre o porquê de a vacinação começar só agora, Ethel disse que "recebemos (o governo) com as doses sem uso e pedimos à Anvisa autorização para utilizar as vacinas".

O Ministério da Saúde, por meio de sua assessoria de imprensa, confirmou que a campanha começa em março, mas não falou na data de início. A pasta destacou que a estratégia e o público prioritário para vacinação foram acordados com Estados e municípios.

À reportagem, o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroz disse que a "Anvisa concedeu o registro das vacinas em caráter excepcional e vinculado a realização de moni-

toreamento", e que "a área técnica recomendou que fosse realizada uma pesquisa sobre a responsabilidade de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz".

"Até o final da gestão, a Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) não havia aprovado o protocolo da pesquisa", disse Queiroz. "Segundo fui informado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLÉ) apresentado pelos pesquisadores não tinha sido aceito pela Conep".

Inicialmente, a pasta vai repassar para as unidades federativas só o quantitativo suficiente para vacinar 50% da população-alvo da vacinação pré-exposição. "O envio de mais doses dependerá do andamento da vacinação e, a depender da demanda local, as UF deverão solicitar ao Ministério da Saúde os envios de remessas adicionais", diz o documento.

"Será mantido um estoque

estratégico no nível estadual e no nível central visando a redistribuição frente a evolução do cenário epidemiológico e ocorrência de novos casos", completa. A estimativa da Saúde é que hajam pouco mais de 16,3 mil pessoas com HIV/aids elegíveis no País, de acordo com dados do sistema público de saúde dos últimos seis meses do ano passado.

A vacina a ser utilizada é a Jynneos que, segundo a pasta, é uma "vacina viva". "Produzida a partir da cepa Vaccinia Ankara-Bavarian Nordic (MVA-BN) modificada, um Orthopoxvírus atenuado e não replicante contra varíola e varíola de macaco, que induz respostas imunes humorais e celulares aos Orthopoxvírus."

O esquema de vacinação é de duas doses (com 0,5 ml cada), com quatro semanas de intervalo (28 dias). Ela é indicada para uso em adultos com idade igual ou superior a 18 anos.

PLANEJAMENTO

Confiança do empresário do comércio em na capital caiu 1,4% em fevereiro

A confiança dos comerciantes na cidade de São Paulo retraiu 1,4% em fevereiro, em comparação a janeiro, para 112,3 pontos, a terceira retração consecutiva. Em comparação ao mesmo mês de 2022, a contração foi maior, de 3,8%. As informações foram divulgadas pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Entre as aberturas, a avaliação das condições atuais registrou queda de 1,3%. Em relação a janeiro de 2022, porém, o critério avançou 0,9%.

As expectativas futuras apresentaram queda menor, de 0,6%. Em comparação ao mesmo período do ano passado, o critério recuou 7,3%.

A intenção dos comerciantes em expandir os negócios

caiu 3,2%, para 107,3 pontos, com recuo interanual de 4,7%. As expectativas para contratação de funcionários também apresentaram queda, de 2,3%, e o nível de investimento das empresas caiu 4,3% - frente ao mesmo mês de 2022, o primeiro critério apresentou queda de 9,1% e o segundo critério registrou avanço de 0,9%.

De acordo com a FecomercioSP, em nota, pelas incertezas na economia, “o setor empresarial precisa contar com um alto nível de planejamento financeiro”. A federação avalia que o momento atual exige das empresas “reavaliar cenários, investir na atração de novos clientes, realisar liquidações e traçar planos de resiliência, de forma a evitar o excesso de endivi-

damento.”

O Índice de Estoques (IE) caiu 2,4% em fevereiro, para 111,8 pontos - recuo de 7,0% na base interanual.

No mês, os comerciantes que indicavam adequações somaram 55,7%. O saldo é 1,4 ponto percentual menor do que o registrado em dezembro de 2022, de 57,2%. Os comerciantes que indicavam inadequação somaram 43,9% nesta leitura.

Já o número de empresários que afirma ter estoques inadequados abaixo do desejado cresceu 0,3 ponto.

A abertura de postos de trabalho nos Estados Unidos caiu a 10,8 milhões em janeiro. O número de dezembro foi revisado para cima, de 11,012 milhões a 11,234 milhões.

SEGURANÇA

Colisão paralisa circulação do metrô em SP

Depois de ficar interrompida durante toda a manhã devido à colisão entre duas composições de trens, que paralisou totalmente a operação da linha, a circulação dos trens da Linha 15-Prata (monotrilho) foi retomada em alguns trechos. Segundo a Companhia do Metropolitan de São Paulo, o trajeto de Vila Prudente a São Lucas está funcionando com três trens, em sistema de carrossel.

De São Lucas a Vila Tolstói, a circulação acontece por via única, com um só trem. Nos demais trechos, a circulação de trens segue paralisada. O atendimento aos passageiros também é feito em todos os trechos, com 40 ônibus do sistema Paese (Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência).

O acidente que paralisou toda a Linha 15-Prata ocorreu entre as estações Sapopemba e Jardim Planalto, na zona leste, por volta das 4h30, antes do início da operação comercial,

durante a movimentação de posicionamento dos trens, segundo o Metrô. A linha funciona em via elevada e liga a zona sul à zona leste da capital paulista. Não houve feridos, mas um dos operadores relatou dores no braço, segundo o Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

“O fundamental agora é saber por que o sistema monotrilho não tem sistemas de proteção anticolisão, porque não é a primeira vez que isso acontece. Na linha 1, 2 e 3 tem sistema anticolisão. Não se tem clareza de qual é esse sistema de proteção na Linha 15. Nós estamos apontando esses problemas faz tempo. Há um processo de terceirização das áreas de manutenção que prejudica o funcionamento e a segurança do sistema, e os trabalhadores do monotrilho são tão vítimas desse problema quanto os passageiros”, disse a presidente do Sindicato dos Metroviários, Camila Lisboa.

Questionado sobre qual o

tipo de sistema de segurança anticolisão existente na Linha 15 e o possível motivo do acidente, o Metrô respondeu que a apuração do ocorrido “ainda continua”.

Em janeiro deste ano, um deslocamento de concreto entre as estações Vila Prudente e Oratório paralisou as atividades da Linha 15 – Prata entre as estações Camilo Haddad e Vila Prudente.

Em 2020, a mesma linha ficou três meses paralisada após o rompimento de um pneu. Pedacos do pneu chegaram a cair na rua embora da via elevada. O acidente no monotrilho fez a fabricante canadense Bombardier recomendar o recolhimento da frota de 23 trens para inspeção. Segundo o Metrô, o problema foi causado por uma falha nos dispositivos run flat, sistema que permite que as composições continuem sem movimentado mesmo com os pneus murchos ou furados.

BM Varejo Empreendimentos S.A.

CNPJ 33.598.082/0001-91 - NIRE 35.300.536.070

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01 de Março de 2023

Data, Hora e Local: Ao 01º (primeiro) dia do mês de março de 2023, às 11h00, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na sede da **BM Varejo Empreendimentos S.A.**, localizada na Rua Itapeva, 538, 12º andar, parte, Bela Vista, CEP 01332-000 (“Companhia” ou “Sociedade”). **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Os membros do Conselho de Administração elegeram para Presidente da Mesa a Sra. Iris Rubins Pinto da Silva, que indicou como sua secretária a Sra. Ana Beatriz Margarido Pires de Almeida Lobo. **Ordem do Dia e Deliberações:** Em atenção ao Estatuto Social da Companhia, no âmbito da distribuição pública, com esforços restritos de colocação, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) da 1ª Série da 137ª Emissão da **Ópera Securitizadora S.A.**, sociedade por ações, registrada na CVM em nome da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, sob o nº 1.240, de 3 de agosto de 2022 (Lei 14.430/22) e a Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 (“Oferta” e “Operação de Securitização”, respectivamente), os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, dissidências ou manifestações de voto em contrário, deliberam sobre: (a) a aprovação da emissão, pela Sociedade, de 120.000 (cento e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o valor total de emissão R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), nos termos e condições da “Escritura Particular da 8ª (oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, da BM Varejo Empreendimentos S.A.”, a ser celebrada pela Sociedade, pelo **Fundo de Investimento em Participações Matarazzo - Multiestratégia**, inscrito no CNPJ/ME sob nº 27.368.734/0001-84 (“FIP Matarazzo”), na qualidade de Fiator, e pela Securitizadora, na qualidade de debenturista (“Emissão”, “Escritura de Emissão de Debêntures” e “Debêntures”, respectivamente), sendo certo que a Securitizadora terá direito à totalidade dos créditos devidos pela Sociedade no âmbito da emissão das Debêntures (“Créditos Imobiliários”). As Debêntures contarão com as seguintes características: (i) **Valor Total da Emissão:** R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão; (ii) **Número da Emissão:** a Emissão constitui a 8ª (oitava) emissão de Debêntures da Sociedade; (iii) **Série:** a Emissão será realizada em série única; (iv) **Procedimento de Colocação:** as Debêntures serão objeto de colocação privada e sem a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, de forma que não estão sujeitas ao artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada; (v) **Quantidade e Valor Nominal Unitário:** serão emitidas 120.000 (cento e vinte mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão, sendo certo que deverão ser integralizadas, no mínimo, 60.000 (sessenta mil) Debêntures, observado que o eventual saldo de Debêntures não colocadas no âmbito da Oferta será cancelado pela Sociedade; (vi) **Prazo:** 6:32z (seis mil, trezentos e vinte e dois) dias contados de 01 de março de 2023 (“Data de Emissão”), vencendo-se, portanto, em 21 de junho de 2024; (vii) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos abaixo; (viii) **Forma e Conversibilidade:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de certificados, e não serão conversíveis em ações; (ix) **Preço e Forma de Subscrição e Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, até a data de sua efetiva integralização, observado que o valor de integralização das Debêntures correspondem ao exato valor de integralização dos CRI, em ambos os casos, após o atendimento das Condições Precedentes previstas na Escritura de Emissão das Debêntures; (x) **Garantias Reais:** considerando que (a) em 25 de fevereiro de 2022, a Sociedade emitiu sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para colocação privada de 342.000 (trezentas e quarenta e duas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o valor total de R\$ 342.000.000,00 (trezentos e quarenta e dois milhões de reais) (“Debêntures 5ª Emissão”), nos termos e condições previstos na “Escritura Particular da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, da BM Varejo Empreendimentos S.A.” (“Escritura de Emissão de Debêntures 01”), conforme aditada; (b) a totalidade das Debêntures 5ª Emissão foi subscrita pela Securitizadora, que, ato contínuo, emitiu (i) uma Cédula de Crédito Imobiliário (“CCI 01”), representando a totalidade dos créditos a ser emitidos na qualidade de subscritora das Debêntures 5ª Emissão (“Créditos Imobiliários 01”), e a Securitizadora vinculou os Créditos Imobiliários 01, representados pela CCI 01, aos CRI 451ª Série, conforme o *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 451ª Série da 1ª Emissão da Ópera Securitizadora S.A.*, celebrado em 25 de fevereiro de 2022 entre a Securitizadora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, acima qualificada, na qualidade de agente fiduciário, conforme aditado; (d) em garantia do fiel, integral e pontual pagamento dos Créditos Imobiliários 01 (“Obrigações Garantidas 01”), a Sociedade constituiu, em favor da Securitizadora, dentre outras garantias, a Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) e a Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme abaixo definido), nos termos do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avanças* a ser celebrado entre a Emissora e a Securitizadora; e (e) em 24 de fevereiro de 2023, foi aprovado pelos titulares dos CRI 451ª Série, por unanimidade, conforme ata da Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 451ª Série da 1ª Emissão da Ópera Securitizadora S.A. (“AEI Compartilhamento”), a autorização para que a garantia de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme abaixo definida) e a Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), fossem compartilhadas com os titulares dos CRI, de modo a também garantir, nos termos dos respectivos aditamentos, o pontual e fiel adimplemento dos Créditos Imobiliários 01 e dos Créditos Imobiliários. Assim, serão constituídas e outorgadas a Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme abaixo definido) e a Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) em benefício da Securitizadora; (xi) **Garantia Fidejussória:** em garantia das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), o FIP Matarazzo, de forma irrevogável e irretroatável, na qualidade de fiador e principal pagador, presta fiança em favor da Securitizadora, responsabilizando-se, solidariamente com a Sociedade, pelo fiel e exato cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido); (xii) **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, não será objeto de atualização monetária; (xiii) **Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 (um) dia, *over extra-grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa). Nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados e divulgados pela B3 no informativo Diário disponível em sua página na Internet (<https://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) nos valores indicados na tabela abaixo, com base em um ano de 252 (duzentos e

DESENVOLVE SP

Estado disponibiliza R\$ 50 milhões em crédito para empreendedoras

A linha Desenvolve Mulher terá juros de 4% a 6% ao ano, mais a taxa Selic. Para ser elegível a receber o crédito, a empresa deverá ser administrada por uma mulher. A Desenvolve SP poderá consultar a classificação de risco

O governador Tarcísio de Freitas autorizou nesta quarta-feira (8), Dia Internacional da Mulher, a criação de duas linhas de crédito para mulheres empreendedoras no Estado de São Paulo. Ao todo, serão disponibilizados até R\$ 50 milhões, por meio da Desenvolve SP, que vão atender micro e pequenas empresas administradas por mulheres.

O anúncio foi parte das ações do Governo de São Paulo em celebração à data. O ato contou com a presença da primeira-dama, Cristiane Freitas, e das secretárias de Políticas para a Mulher, Sonaira Fernandes; do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende; de Cultura e Economia Criativa, Marília Marton; de Comunicação, Lais Vita; além da procuradora-geral do Estado, Inês Coimbra.

"Quantas profissionais e empresárias capacitadas nós temos, mas que precisam de treinamento e crédito. E estamos disponibilizando isso agora. Esse tem que ser um instrumento de fomento e emancipação. Um crédito acessível e barato, para que nossas mulheres empreendedoras possam se desenvolver e ganhar sua emancipação", destacou o governador Tarcísio de Freitas.

A linha Desenvolve Mulher terá juros de 4% a 6% ao ano, mais a taxa Selic. Para ser elegível a receber o crédito, a empresa deverá ser administrada por uma mulher. Além disso, a Desenvolve SP poderá consultar a classificação de risco da empresa.

Mulheres administradoras de micro e pequenas empresas contarão com crédito pré-aprovado de até R\$ 200 mil. Além disso, na hipótese de liberação de financiamento para compra de equipamentos ou reforma de comércio, por exemplo, 30% desse recurso poderão ser destinados a capital de giro para impulsionar o negócio.

A segunda linha de crédito é a Desenvolve Mulher Sustentável. Ela contará com taxas ainda menores para o financiamento de projetos de sustentabilidade, como compra e instalação de placas solares, melhoria de sistema de iluminação (energia fotovoltaica), substituição de equipamentos movidos a combustível fóssil por dispositivos com energia limpa, além de projetos de eficiência energética em geral. Os financiamentos poderão ser contratados com juros a partir de 2% até 4% ao ano, acrescidos da Selic.

Decretos
O governador Tarcísio

de Freitas assinou nesta quarta-feira (8) dois Decretos voltados a políticas para o público feminino. O primeiro dos decretos assinados pelo governador de São Paulo instituiu nove diretrizes de atuação da Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM). A Pasta foi criada pela Gestão em janeiro deste ano.

"O que nós queremos é política viva para a mulher, não discurso. Queremos saúde, segurança, igualdade de condições de trabalho e remuneração. E é nessa linha que vamos trabalhar. E a Secretaria de Políticas para a Mulher vai fazer a diferença, porque todas as mulheres merecem isso", disse Tarcísio de Freitas.

Para tanto, poderão ser celebrados instrumentos de cooperação entre a Secretaria e outros Poderes, órgãos autônomos, entes federativos e a iniciativa privada. Os órgãos ligados ao Governo de SP deverão encaminhar à SPM, em até 120 dias, propostas para o alcance das diretrizes. A Secretaria também poderá instituir grupos de trabalho intersecretariais para implementar as medidas propostas.

"Essas medidas são importantes para darmos efetividade às ações da Secretaria. E isso demonstra o compromisso do Governo de São Paulo com a promoção

do bem-estar da mulher no Estado, para termos políticas públicas aplicadas e verdadeiras", afirmou a secretária Sonaira Fernandes.

Um dos focos de atuação da SPM será a promoção da saúde da mulher. Para tanto, deverão ser desenvolvidas ações e campanhas de conscientização, especialmente para a prevenção de câncer de mama e de colo de útero. O incentivo à vacinação também será prioridade.

Ainda nesta linha, deverão ser adotadas ações que promovam o bem-estar e acolhimento de gestantes. Para tanto, também está prevista a possibilidade de capacitação de equipes multidisciplinares de acompanhamento humanizado da gestação e do parto.

O Governo de SP também elencou como prioridade de atuação da Secretaria o fortalecimento da rede de proteção às mulheres vítimas de violência, além da promoção de projetos e programas voltados ao acolhimento e assistência de mulheres em situação de vulnerabilidade. A SPM deverá, ainda, articular junto aos municípios paulistas o compartilhamento de dados e serviços de atendimento humanizado às mulheres.

As mães de crianças e adolescentes com deficiência também deverão receber assistência especializada. A

Secretaria de Políticas para a Mulher também deverá promover ações voltadas à autonomia financeira do público feminino.

Para tanto, poderão ser implementadas ações de capacitação e empreendedorismo em áreas de grande circulação de pessoas, como estações de metrô e shopping populares. Também está no escopo o fomento à disponibilização de vagas de emprego na iniciativa privada para mulheres em situação de vulnerabilidade, a proposta de ações para a concessão de crédito popular, além do apoio ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas a contemplar mulheres nos programas habitacionais e de regularização fundiária.

Por fim, o programa Bolsa do Povo também inserido no âmbito das diretrizes. Por meio dele, poderão ser propostas ações e programas voltados à promoção dos direitos da mulher.

Regulamentação
O segundo decreto assinado pelo governador Tarcísio de Freitas instituiu um grupo de trabalho intersecretarial para apresentar propostas de regulamentação das Leis n. 17.621/2023 e 17.635/2023.

A primeira trata da obrigatoriedade de bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos adotarem medidas de auxílio à mulher que se

sinta em situação de risco, enquanto a segunda trata da capacitação de profissionais que atuam nesses estabelecimentos a identificar e combaterem o assédio sexual e a cultura do estupro praticados contra mulheres.

O grupo de trabalho terá 60 dias para apresentar os estudos e propostas de regulamentação às legislações. Caso seja necessário, o funcionamento do colegiado poderá ser prorrogado pelo mesmo período.

O colegiado será composto por um membro titular e um suplente e 13 Secretarias do Governo de São Paulo, além da Procuradoria-Geral do Estado. São elas: Políticas para a Mulher (que exercerá a coordenação do grupo); Casa Civil; Segurança Pública; Turismo e Viagens; Desenvolvimento Social; Saúde; Educação; Desenvolvimento Econômico; Justiça e Cidadania; Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Agricultura e Abastecimento; Cultura e Economia Criativa; e Ciência, Tecnologia e Inovação.

Além disso, também poderão ser convidadas pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão sobre o tema, além de entidades representativas dos setores econômicos abrangidos pelas leis, além de organizações da sociedade civil.

Credz Administradora de Cartões S/A

CNPJ: 12.109.247/0001-20

2022

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://valor.globo.com/valor/r/atas-e-comunicados/>; no Jornal Valor Econômico e no site da Companhia www.credz.com.br.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

SENHORES ACIONISTAS,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras Consolidadas, da Credz Administradora de Cartões S.A. (Credz ou Administradora), acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Sobre a Credz

A Credz é uma administradora de cartões de crédito com abrangência nacional, tendo como portfólio cartões com a bandeira VISA, que são utilizados por seus clientes para realização de compras em importantes redes do varejo parceiros, nos segmentos de moda, vestuário, calçados e acessórios, joias, cama, mesa e banho, materiais de construção, dentre outras, que aceitam a bandeira VISA. A Credz atua preponderantemente, no segmento de clientes das classes C e D.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2022, a Credz manteve excelentes índices de crescimento da carteira de crédito, faturamento, manutenção e conquista de novos parceiros, incremento na ativação de novos cartões e controle dos índices de inadimplência, permitindo que a empresa continue com crescimento sólido e ao mesmo tempo prudente. A Credz encerrou o exercício com lucro líquido de 15 milhões (31-12-2021 - R\$ 30 milhões), e o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 155 milhões (31-12-2021 - R\$ 140 milhões).

O Capital social subscrito da Administradora totaliza o montante de R\$ 137,5 milhões.

Participação Acionária

A Credz é controlada pela JULF Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA (JULF), com participação equivalente a 72,90% do capital social, José Renato Simão Borges (espólio) possui 17,10% e a GRYPHON com 10,00%.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$ 3,5 bilhão (31-12-2021 - R\$ 2,2 bilhões). Desse montante destaca-se, R\$ 3,1 bilhões (31-12-2021 - R\$ 1,9 bilhão) que são representados por carteira de crédito a receber de titulares de cartões.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos totais atingiram R\$ 3,3 bilhões (31-12-2021 - R\$ 2,1 bilhões), representados, principalmente, por obrigações por captações de recursos de R\$ 2,1 bilhões (31-12-2021 - R\$ 1,2 bilhão) e obrigações por operações com cartões R\$ 1,1 bilhão (31-12-2021 - R\$ 762 milhões).

Investimentos em sociedades coligadas e controladas

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos com participação em controladas atingiram R\$ 60,5 milhões (31-12-2021 - R\$ 44,3 milhões) representados por participação de 99,94% da empresa Cardz Meios de Pagamento e Serviços Ltda. Em reunião realizada em 17 de dezembro de 2021, foi aprovado pelos acionistas o aumento de capital da CARDZ no valor de 41,5 milhões, totalizando o montante de 58,5 milhões, dos quais foram integralizados até a data do balanço. Esse aumento de capital teve como objetivo aprimorar e aperfeiçoar suas soluções tecnológicas para atendimento dos negócios da Credz.

Eventos subsequentes:

a) Deliberação Dividendos

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 3 de janeiro de 2023, a Diretoria Executiva aprovou a proposta de distribuição de Dividendos, no montante de R\$ 3.000 milhões, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este evento será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pela Credz referente ao exercício de 2022. Este valor foi pago em 04 de janeiro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Mudanças pessoal-chave da Administração

Em 1 de janeiro de 2023, o sr. José Renato Simão Borges, até então Diretor Presidente, acionista e um dos fundadores da Credz, faleceu. Devido a essa ocorrência, o Chairman (Fábio Zogbi) assumiu também a posição de Presidente da Credz. O modelo de governança segregado e consolidado permitiu a continuidade do plano de negócios estabelecido anteriormente.

A Credz continuará seguindo pelo mesmo caminho de crescimento sustentável que tivemos desde a sua fundação. Manteremos todos os projetos anteriormente definidos, ratificando a direção estratégica da companhia e sustentando o seu processo de crescimento.

c) Emissão Nota Comercial III e IV

Em 23 de janeiro de 2023, a Credz emitiu a NC III, no montante de R\$ 200 milhões, com prazo de vencimento em 25 de junho de 2023, a amortização do principal será em parcela única, ao final do contrato e os juros serão amortizados mensalmente. No dia 24 de janeiro de 2023 a Credz liquidou CCB (Financiamento da carteira) no montante de R\$ 100 milhões.

Em 31 de janeiro de 2023, a Credz emitiu a NC IV no montante de R\$ 80 milhões, com prazo de vencimento em 31 de agosto de 2023, a amortização do principal será em parcela única, ao final do contrato e os juros serão amortizados mensalmente. No mesmo dia a Credz liquidou com a mesma instituição CCB

(Financiamento da Carteira) no montante de R\$ 80 milhões. A troca de instrumentos teve como objetivo um alongamento no passivo, assim com base numa estratégia fiscal.

d) Liquidação parcial Auto de Infração ISS

Em 6 de janeiro de 2023, considerando a mudança da Gestão da Credz (Nota 24.a), a Diretoria revisou este tema, incluindo uma análise das custas processuais que poderiam ser incorridas numa eventual discussão prolongada e para aqueles autos com maior controvérsia, mesmo com a avaliação de probabilidade de perda classificada por seus assessores jurídicos como possível como um todo, a Administração optou pelo pagamento parcial do débito, impugnando-se o saldo remanescente, conforme Impugnação Fiscal apresentada em 6 de janeiro de 2023. O montante pago foi de R\$ 1,5 milhão.

Perspectivas

A Administração da Credz está otimista, pois, acreditamos que em 2023, mesmo com cenário de incertezas, principalmente, no ambiente macroeconômico, a Credz irá manter seu crescimento sustentável e constante nos próximos anos, entendemos que devemos continuar a nossa estratégia de oferecer um produto que ajude as lojas a venderem mais e a fidelizar clientes, premissa estabelecida desde a nossa fundação. Prezamos pela atenção aos detalhes, procuramos resolver com rapidez os casos e na sequência aperfeiçoar nossos processos, tendo como meta diária o respeito aos clientes e parceiros, com um único objetivo: **Com o cartão da Credz "Dá pra sonhar. Dá pra realizar"**.

Auditoria Independente

A política de atuação da Credz na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela KPMG e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não foram enquadrados como serviços permitidos e que conflitam com os serviços de auditoria independente.

Agradecemos

Agradecemos aos clientes e parceiros comerciais pela preferência, aos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação.

Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de Reais)

	BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
	Individual		Consolidado			Individual		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	
Ativo	3.350.041	2.131.722	3.250.262	2.061.763	Passivo	2.878.470	2.044.817	1.971.156	1.186.002
Ativo Circulante	3.350.041	2.131.722	3.250.262	2.061.763	Passivo Circulante	2.878.470	2.044.817	1.971.156	1.186.002
Caixa e equivalentes de caixa	15.169	25.818	114.742	64.232	Depósitos	1.807	652	1.807	652
Caixa e bancos	1.706	1.534	1.713	1.539	Outros depósitos	1.807	652	1.807	652
Aplicações financeiras de curto prazo	13.463	24.284	113.029	62.693	Obrigações por captações de recursos	1.635.858	1.219.769	724.310	357.495
Ativos financeiros	194.569	106.297	29	381	Vinculados a usuários de cartões	36.913	9.732	36.913	9.732
Cotas de fundos de investimento	194.569	106.297	29	381	Obrigações com colistas FIDC	-	-	343.251	69.915
Carteira de crédito a receber de titulares de cartões	3.122.168	1.987.940	3.122.168	1.987.940	Obrigações por crédito cedidos	1.254.799	932.189	217.433	193.689
Carteira de crédito a receber próprias	48.844	73.020	48.844	73.020	Financiamento da carteira a curto prazo	217.433	193.689	217.433	193.689
Carteira de crédito a receber - próprias	48.844	73.020	48.844	73.020	Debêntures	88.535	84.159	88.535	84.159
Carteira de crédito a receber vinculadas à cessão	2.998.626	1.885.358	2.998.626	1.885.358	Nota Comercial	38.178	-	38.178	-
Carteira de crédito a receber - vinculadas à cessão	2.998.626	1.885.358	2.998.626	1.885.358	Outras obrigações	1.240.805	824.396	1.240.805	824.455
Ajuste ao valor justo da carteira	74.698	29.562	74.698	29.562	Obrigações por operações com cartões	1.110.018	762.313	1.110.015	762.313
Valores a receber	26	50	26	102	Obrigações sociais e trabalhistas	8.553	8.139	10.010	9.404
Rendimentos a receber	26	50	26	102	Passivos fiscais:				
Adiantamentos concedidos	2.263	1.466	2.416	1.583	Correntes	8.930	11.782	10.098	12.514
Ativos fiscais	842	199	914	199	Diferidos	86.741	25.027	86.741	25.027
Correntes	842	199	914	199	Fornecedores	7.116	3.157	7.979	4.535
Outros créditos	15.004	9.952	9.967	7.326	Dividendos e JCP a pagar	-	4.225	-	4.225
Ativo não circulante	217.671	143.188	213.816	139.132	Passivos contingentes	5.523	4.971	5.523	4.971
Ativos financeiros	1.073	956	1.073	956	Outras obrigações	12.382	3.384	12.384	3.386
Títulos públicos federais	1.073	956	1.073	956	Obrigações sobre os direitos de uso	1.542	1.398	2.289	2.080
Ativos fiscais	141.419	82.450	147.370	90.666	Passivo não Circulante	533.763	89.647	1.337.409	873.820
Diferidos	141.419	82.450	147.370	90.666	Obrigações por captações de recursos	531.286	83.748	1.334.856	867.360
Outros créditos	7.832	7.789	-	-	Obrigações com colistas FIDC	-	-	803.570	783.612
Investimentos	60.446	44.249	-	-	Financiamento da carteira a longo prazo	-	3.333	-	3.333
Participação em controladas	60.446	44.249	-	-	Debêntures	197.189	80.415	197.189	80.415
Imobilizado	4.886	5.249	6.055	6.857	Nota Comercial	334.097	-	334.097	-
Direitos de uso do ativo	4.993	4.533	7.379	6.737	Outras obrigações	705	1.609	781	2.170
Tangível em operação	6.053	3.348	6.975	4.050	Obrigações sobre direitos de uso	705	1.609	781	2.170
(-) Depreciação acumulada	(6.160)	(2.632)	(8.299)	(3.930)	Adiantamentos por desempenho futuro	1.772	4.290	1.772	4.290
Intangível	2.015	2.495	59.318	40.653	Total do Passivo	3.412.233	2.134.464	3.308.565	2.060.422
Desenvolvimento de marcas e sistemas	4.634	6.955	78.394	56.706	Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	155.479	140.446	155.479	140.446
(-) Amortização acumulada	(2.619)	(4.460)	(17.076)	(16.053)	Capital social - subscrito	137.470	137.470	137.470	137.470
Total do Ativo	3.567.712	2.274.910	3.464.078	2.200.895	Reserva de lucros	18.009	2.976	18.009	2.976
					Participação de não Controladores	-	-	34	27
					Total do Patrimônio Líquido	155.479	140.446	155.513	140.473
					Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.567.712	2.274.910	3.464.078	2.200.895

Fábio João Zogbi - Diretor Presidente

Estevan Martín Portela - Diretor

José Eduardo Fernandes - Contador - CRC 1SP 269858/O-6

PODER FEMININO

Transporte público coletivo do DF emprega mais de 1.900 mulheres

O aumento nas contratações ocorreu em todas as áreas operacionais do sistema. Nos últimos dois anos, foram contratadas 279 mulheres para trabalhar no transporte coletivo. São 1.935 atuando nas cinco concessionárias.

Motoristas, manobristas e cobradoras ou profissionais das áreas de manutenção e administrativa. Em todas as funções que fazem parte da operação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC-DF), as mulheres ocupam cada vez mais espaço. Entre 2021 e o início deste ano, as operadoras ampliaram em 17% a quantidade de colaboradoras do transporte rodoviário de passageiros.

O aumento nas contratações ocorreu em todas as áreas operacionais do sistema. Nos últimos dois anos, foram contratadas 279 mulheres para trabalhar no transporte coletivo, chegando ao total de 1.935 atuando nas cinco concessionárias. Eliane Carneiro de Oliveira, 62 anos, é uma das motoristas do transporte coletivo do DF. Antes de começar como condutora na TCB, há 34 anos, essa pernambucana trabalhou durante quase uma década como caminhoneira em São Paulo. "Vim fazer uma entrega aqui em Brasília e me convidaram para fazer os testes na TCB; eu fiz e estou aqui até hoje", conta a única mulher motorista da transportadora estatal.

Com uma vida inteira dedicada ao transporte, Eliane tem histórias para contar, mas nem sempre fatos alegres. "Fui assaltada e até tomei tiro", lembra. Ela conta que o assaltante ameaçou atirar se ela continuasse a viagem. Quando foi mexer na alavanca do câmbio do ôni-



Eliane Carneiro de Oliveira, 62 anos, é uma das motoristas do transporte coletivo do Distrito Federal. Ela ganhou a vida se dedicando à atividade.

bus, levou um tiro que acertou uma das mãos e as duas pernas, deixando cicatriz profunda na coxa direita. Eliane relata que, quando dirigiu um automóvel pela primeira vez, já fazia cinco anos que sabia conduzir caminhões. De família de caminhoneiros, ela sempre quis seguir a profissão e começou pelos veículos grandes. Quando começou na TCB, recorda, havia apenas

três mulheres motoristas nos coletivos do DF. "Na época, havia muito preconceito, mas hoje já está bem mais tranquilo", avalia. "A mulher nunca deixa de enfrentar essas situações difíceis, em qualquer profissão".

Quem também se virou muito bem no ramo do transporte é Márcia Maria dos Santos Lima, 50, que começou atuando na faxina até ter a oportunidade

de trabalhar como cobradora. "Eu amo o que eu faço", afirma. "Faço com carinho, com prazer. Amo meus passageiros". Márcia veio para o DF sozinha, há 18 anos, e desempenhou várias atividades. Assim, pôde trazer suas duas filhas e ver seus netos nascerem e crescerem aqui. "Desejo muitas felicidades a todas as mulheres, em especial às minhas passageiras, não só no dia 8, mas todos os

dias", conclui.

A Piracicabana faz as linhas da Área 1 do sistema em Brasília, Sobradinho, Planaltina, Cruzeiro, Sobradinho II, Lago Norte, Sudoeste, Octogonal, Varjão e Fercal. A quantidade de mulheres na empresa aumentou 12,8% nos últimos dois anos. Em 2021, eram 507 colaboradoras, sendo 26 motoristas e 383 cobradoras. Atualmente, a operadora atua com 572 mulhe-

res, sendo 23 motoristas e 430 cobradoras.

Operadora da Área 2, a Viação Pioneira atende os passageiros de Itapoã, Paranoá, Jardim Botânico, Lago Sul, Candangolândia, Park Way, Santa Maria, São Sebastião e Gama. De 2021 para 2023, a empresa aumentou em 27% a quantidade de mulheres, passando de 268 em 2021 para 340 colaboradoras em 2023.

Na Área 3, operada pela Urbi, a quantidade de motoristas aumentou de cinco, em 2021, para 15, no início deste ano. A empresa emprega ainda cinco manobristas e 293 cobradoras, além de quatro despachantes, quatro coordenadoras e uma controladora de tráfego. O total de mulheres subiu 5% nesse período, de 343 para 361 colaboradoras. A Área 3 atende o Núcleo Bandeirante, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo e Riacho II.

A Viação Marechal atua na Área 4 do STPC-DF, nas cidades de Taguatinga, Park Way, Ceilândia, Guarã e Águas Claras. A empresa contratou 114 mulheres nos últimos dois anos e conta atualmente com 391 funcionárias na empresa, 41% a mais do que as 277 que atuavam na operadora em 2021.

As linhas na região do SIA, SCIA, Vicente Pires, Ceilândia, Taguatinga e Brazlândia são atendidas pela São José. A empresa conta com 271 mulheres, dez a mais do que no final de 2021. Em um ano, o quadro feminino aumentou 4%.

CHAMADA

Presidente do TJDF prestígia homenagem

O Presidente do TJDF, Desembargador Cruz Macedo, prestigiou, nessa terça-feira, 7/3, a solenidade de entrega de Comenda da Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Assis Brasil – ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco. A comenda, no grau Grã-Cruz, foi outorgada ao parlamentar pelo presidente do TSE, Ministro Alexandre de Moraes, e pelo Vice-Presidente da Corte, Ministro Ricardo Lewandowski.

O evento aconteceu na sede do TSE, em Brasília/DF, e contou também com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; da Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministra Rosa Weber; do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; do Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, Ministro Benedito Gonçalves; do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), Desembargador Roberval Belinati, entre outras autoridades.

Criada em 2015, a Ordem do Mérito do TSE traz o nome do advogado, político e estadista brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil. Ele foi um dos grandes pensadores e mentores da Justiça Eleitoral no País. Com o Barão do Rio Branco, Assis Brasil assinou o Tratado de Petrópolis, que garantiu ao país a posse do estado do Acre.

Além de homenagear juristas eminentes e outras personalidades civis e militares, nacionais e estrangeiras, pela atuação em favor da Justiça Eleitoral e do Direito, a medalha também tem como objetivo condecorar pessoas que tenham prestado notáveis serviços à Justiça Eleitoral.

AGRICULTURA

Ações do GDF promovem protagonismo da mulher

O empoderamento econômico das mulheres rurais como agricultoras, empresárias e líderes comunitárias contribui para reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar e alcançar a igualdade de gênero.

No Distrito Federal, das mais de 16 mil propriedades cadastradas na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), 5.379 são de mulheres proprietárias ou coproprietárias. Neste Dia Internacional da Mulher, a representatividade feminina no campo e os desafios enfrentados por elas são temas a serem reforçados e discutidos.

Responsável pela coordenação de atividades voltadas às mulheres, a extensionista da Emater Selma Tavares defende que é preciso reconhecer a importância da mulher na comunidade em que se encontra inserida, bem como o seu papel essencial na atividade agrícola, no sustento familiar ou na gestão dos recursos naturais.

"Uma de nossas missões é dar condições para o protagonismo feminino, assegurar a inclusão dos talentos, habilidades, experiências e energia das mulheres requer ações afirmativas e políticas públicas", afirma a gestora. Pensando nisso, a Emater criou o Projeto de Valorização da Mulher Rural, que inclui ações nas áreas social, produtiva e de inclusão em políticas públicas distritais e federais.

Para a agricultora e presi-

dente da Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (Aprospera), Fátima Cabral, as conquistas da mulher do campo vêm a partir de conhecimentos vindos de muitos meios de comunicação, atividades compartilhadas e troca de experiências.

"Esses momentos, muitas vezes organizados pela Emater, trazem uma ampliação de consciência sobre nossas vidas, das vivências no campo e sobre o que ainda se pode conquistar", aponta ela. "A Emater é grande parceira, não só para o fortalecimento individual e coletivo das associações, mas também com a oferta de capacitações, encontros, seminários que resgatam a autoconfiança e aprimoram o trabalho da mulher no campo. Hoje temos mulheres na direção da associação, com participação muito forte nas decisões administrativas e financeiras".

Nesta data, a Emater destaca os principais serviços e políticas públicas especialmente destinadas às mulheres, proporcionando acesso a tecnologias de produção, mercado, capacitações em liderança e gestão e benefícios sociais. Entre 2019 e 2022, 8,6 mil mulheres foram atendidas pela empresa em atividades nos eixos social, econômico e ambiental.

Dos 17 objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), a Emater desenvolve ações em 16 eixos. Dentre os vários

temas, as mulheres são consideradas peças-chave para o alcance dos objetivos. Confira, abaixo, algumas ações da Emater voltadas às mulheres rurais.

- Assistência técnica e acompanhamento em atividades agropecuárias, desde o planejamento à comercialização, nas áreas de bovino, cultura, floricultura, avicultura, olericultura, agricultura orgânica e agroecologia

- Elaboração de projetos de crédito rural em atividades agropecuárias

- Qualificação, capacitação e inclusão em atividades voltadas ao desenvolvimento humano-social, como qualidade do alimento, alimentação adequada, cidadania e benefícios sociais, saúde, saneamento e habitação

- Capacitação, qualificação e acompanhamento nas atividades não agrícolas, como artesanato, turismo rural e agroindústria

- Inclusão em políticas públicas, como o CadÚnico, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e programas de compras institucionais

- Estímulo e apoio à organização social, grupos, associações e cooperativas

- Promoção de eventos voltados à saúde, bem-estar, lazer e troca de experiências

- Viabilização da participação de mulheres em espaços de comercialização, feiras, eventos e comunidades que sustentam a agricultura (CSAs).

CHAMADA

BRB promove ações em comemoração aos 56 anos da Torre de TV

O BRB preparou diversas ações em comemoração aos 56 anos da Torre de TV. Um dos principais cartões postais de Brasília completa 56 anos nesta quinta-feira (9).

Entre as iniciativas para celebrar a data, estão a extensão do horário de visitação ao Mirante – que será entre 10h e 22h – e uma iluminação especial, que fica até domingo (12). Nesta quinta-feira, entre 12h e 19h, os turistas que visitarem o local também poderão fazer fotos comemorativas e interativas.

"Temos orgulho em celebrar os 56 anos da Torre de TV, reforçando o significado desse importante símbolo de Brasília, fonte da história da cidade e que faz parte da vida de cada cidadão brasileiro. O monumento arquitetônico reflete a atmosfera moderna e grandiosa da cidade que é berço do BRB, portanto o banco não poderia ficar fora dessa festa", afirma o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa.

Para prestar home-

nagens, inclusive, nada melhor que ouvir as histórias dos brasilienses cuja memória afetiva inclui o cartão postal da cidade. Por isso, o Instagram vai divulgar as publicações dos seguidores que quiserem contar suas lembranças de momentos especiais que contemplem a Torre de TV.

E, para seus clientes BRB, o banco também preparou uma experiência especial. Todos os clientes que visitarem o restaurante localizado no Mezanino nesta quinta receberão uma taça de espumante e terão direito a 10% de desconto ao utilizarem os cartões BRB.

O BRB é o gestor da Torre de TV, um dos principais cartões postais de Brasília, desde 2020. Até o momento, o banco já investiu R\$ 19,8 milhões e revitalizou a fonte e o mirante, reabertos à população desde então. A Torre de TV é um dos pontos turísticos mais visitados do DF e recebe mensalmente cerca de dez mil visitantes.

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ/MF n.º 04.066.598/0001-72 - NIRE 53.300.006.288

AVISO AOS ACIONISTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404/76, a Diretoria da Corumbá Concessões S.A. vem comunicar aos senhores acionistas da Companhia que se encontram a sua disposição na sede da empresa os seguintes documentos: (I) O relatório de administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (II) Cópia das Demonstrações Financeiras; (III) Parecer dos auditores independentes; e (IV) Parecer do Conselho Fiscal. Brasília, 07 de março de 2023. **Marcelo Siqueira Mendes** - Diretor Presidente; **Kim Parente Currlin Perpétuo** - Diretor Técnico.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1794-0168-EC8F-B4A8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1794-0168-EC8F-B4A8



Hash do Documento

8A5BE9ABD9401186AED2EB3BDA538B3B20F64F8775115F317B78E5E015FBF38F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
09/03/2023 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

